



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS
PRESENCIAL

Cruz das Almas

2023

Reitor

Georgina Gonçalves dos Santos

Vice Reitor

Fábio Josué Souza dos Santos

Pró Reitora de Graduação

Carolina Fialho Silva

Diretor do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

Josival Santos Souza

Vice Diretor do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

Roberto Robson Borges dos Santos

Coordenador do Curso

Daciane de Oliveira Silva

Núcleo Docente Estruturante

Portaria UFRB N° 1.133 de 09 de novembro de 2021

Aelson Silva de Almeida

Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo

Alexandre Américo Almassy Junior

Alicia Ruiz Olalde

Ana Georgina Peixoto Rocha (presidente)

Eliene Gomes dos Anjos

SUMÁRIO

1.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	05
2.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	05
3.	BASE LEGAL	07
4.	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	10
5.	JUSTIFICATIVA	12
6.	OBJETIVOS	15
7.	PERFIL DO EGRESSO	16
8.	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, EPISTEMOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS	16
9.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA	20
10.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	23
10.1.	ESTRUTURA CURRICULAR	24
10.1.1.	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERCURSO FORMATIVO	24
10.1.2.	COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	25
10.1.3.	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	26
10.2.	ATIVIDADES INTEGRADORAS/ARTICULADORAS	27
10.3.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO	28
10.4.	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	30
10.5.	ESTÁGIO CURRICULAR	33
10.6.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	36
10.7.	METODOLOGIA	46
11.	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	47
12.	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO AO DISCENTE	48
13.	AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	50
14.	RECURSOS HUMANOS	51
15.	INFRAESTRUTURA	53
	REFERÊNCIAS	55
	APÊNDICE I - CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	56
	APÊNDICE II – PLANO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR	99

APRESENTAÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas foi criado em 2008 com a proposta de estimular o interesse pelas organizações cooperativas e associativas, compreendendo a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do estado da Bahia e, particularmente, do Território do Recôncavo. Desde a sua criação, a formação profissional do/a Gestor/a de Cooperativas foi pautada no desenvolvimento de habilidades e competências articuladas com as especificidades regionais e locais.

A experiência acumulada ao longo desses anos pelo conjunto de docentes do Curso (nas atividades de ensino, pesquisa e extensão), o estreitamento das relações com as distintas organizações locais, as mudanças nos processos de gestão e as novas dinâmicas do mundo do trabalho na área estimularam a reformulação curricular do Curso.

O presente documento – Projeto Pedagógico de Curso (PPC), elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), é resultado de um extenso processo de discussão que envolveu os/as docentes do Curso, pautando-se, também, nas demandas apontadas pelos/as egressos/as e nas devolutivas da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UFRB, em conformidade com as normas institucionais.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Lei de criação: Lei 11.151, de 29/07/2005

Atos regulatórios vigentes:

- Recredenciamento - Portaria 651 de 12/07/2018
- Credenciamento EAD - Portaria 865 de 12/09/2013

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Tecnologia em Gestão de Cooperativas

Código e-MEC: 115027

Grau Acadêmico: Tecnológico

Modalidade: Presencial

Área de Conhecimento (CAPES): Multidisciplinar/ Interdisciplinar –
Engenharia/Tecnologia/Gestão

Título acadêmico conferido: Tecnólogo em Gestão de Cooperativas

Duração: 06 (seis) semestres

Prazo máximo de integralização do Curso: 5 anos

Vagas ofertadas: 70 vagas

Turno de funcionamento: Noturno

Formato do curso: LinearEscolha um item.

Forma de ingresso: Ingresso regular/ ingresso de portador de diploma de curso de graduação / transferência interna/ transferência externa/ rematrícula/ ingresso decorrente de transferência *ex-officio*, de convênio ou determinado por lei.

Regime letivo: Semestral

Ato de criação do curso: Resolução CONAC N° 18 de 2007.

Portaria de autorização de funcionamento do curso: Resolução CONAC N° 18 de 2007.

Portaria de reconhecimento do curso: Portaria N° 134 de 27 de julho de 2012.

Portaria de renovação do reconhecimento do curso: Portaria N° 91 de 20 fevereiro de 2019.

Data de início de funcionamento: 10/03/2008.

Endereço de funcionamento: Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas-BA, CEP 44380-000.

Endereço eletrônico: cogec@ccaab.ufrb.edu.br

Sítio eletrônico:

https://ufrb.edu.br/portal/index.php?option=com_chronoforms5&chronoform=ver-graduacao&id=26

Distribuição de carga horária por atividades formativas:

Componentes Curriculares Obrigatórios:	1.548 horas
Componentes Curriculares Optativos:	102 horas
Atividades Complementares de Curso:	70 horas
Carga horária total do curso:	1.720 horas
Percentual da carga horária destinada à Extensão:	23% (390 horas)
Percentual da carga horária ofertada em EaD:	6% (103 horas)

3. BASE LEGAL

Para a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso, o NDE teve por base as seguintes legislações:

➤ Documentos federais

Resolução CNE/ CP N. 3/2002 – Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2002.

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006.

Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006 - Diário Oficial da União de 31 de julho de 2006.

Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.

Portaria nº 1024 de 11 de maio de 2006 – Diário Oficial da União de 11 de maio de 2005, (Seção 1, página 11).

Parecer CNE/CP nº 29/2002.

Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.

Parecer CNE/CES nº 436/2001.

Trata de Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos.

Parecer CNE/CES nº 277, de 07 de dezembro de 2006.

Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.

➤ Base legal aplicável a todos os cursos de graduação

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Os cursos presenciais poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD até o limite de 40% da carga horária total do curso, exceto para o curso de medicina.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 2/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação –PNE2014-2024 e dá outras providências.

➤ **Resoluções institucionais**

Resolução CONAC/UFRB nº 14/2009, que dispõe sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais como componente curricular obrigatório para os cursos de Licenciatura e optativo nos cursos de Bacharelados e Superiores de Tecnologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Resolução CONAC nº 33/2017, que dispõe sobre regulamentação da oferta de atividades didáticas na modalidade a distância nos componentes curriculares de cursos de graduação e pós-graduação presenciais da UFRB.

Resolução UFRB/CONAC nº 003/2019, que regulamenta as Atividades Complementares dos Cursos de Graduação.

Resolução UFRB/CONAC nº 004/2019, que dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação - TCC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Resolução UFRB/CONAC nº 005/2019, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio obrigatório e não obrigatório dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Resolução CONAC/UFRB 005/2021, que dispõe sobre a regulamentação da política de curricularização da extensão nos Cursos de Graduação da UFRB e dá outras providências.

Orientação Técnica conjunta Prograd/Progep nº 01/2021, que regulamenta o compartilhamento integral de carga horária de componentes curriculares entre docentes dos cursos de graduação.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2030.

➤ **Base legal específica para cursos tecnológicos**

Portaria MEC nº 1024/2006, de maio de 2006, que apresenta informações sobre o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006. Diário Oficial da União de 31 de julho de 2006, que dispõe sobre a adequação da denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.

Portaria MEC nº 413/2016, de 11 de maio de 2016, que aprova o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Em conformidade com seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2030, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é fruto de reivindicações da sociedade, notadamente dos municípios que compõem o Recôncavo baiano, pela democratização do acesso ao ensino superior. Trata-se de instituição comprometida com a produção e difusão da ciência e da cultura, que se propõe a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Sua efetivação deu-se em decorrência do Projeto de Expansão das Universidades Federais, por desmembramento do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (antigo *campus* da Escola de Agronomia) da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Em 29 de julho de 2005, foi sancionada a Lei nº. 11.151, que criou a UFRB, sendo inaugurada em 2006.

Conforme explicitado no PDI 2019-2030 da UFRB, a instituição possui natureza jurídica de autarquia, encontra-se vinculada ao Ministério da Educação e tem sua sede administrativa localizada no município de Cruz das Almas, Bahia, localizado à 146 quilômetros da capital do estado. A UFRB surgiu com o compromisso de ofertar ensino superior de qualidade, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, além de exercer sua responsabilidade social no sentido de democratizar a educação, repartir socialmente seus benefícios, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável, cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do país. Associa-se a estes propósitos seu papel de promotora da paz, defensora dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente (UFRB, 2019).

Concebida como modelo *multicampi*, a UFRB, em sua etapa inicial de criação, foi organizada em cinco centros de ensino, quatro destes localizados em municípios do Território de Identidade do Recôncavo: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), ambos situados em Cruz das Almas; Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), situado em Cachoeira e São Felix; Centro de Ciências da Saúde (CCS), situado em Santo Antônio de Jesus, e o Centro de Formação de Professores (CFP), na cidade de Amargosa, pertencente ao Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá.

Em 2007, no ensejo de ampliar sua oferta e estabelecer uma nova estrutura acadêmica, a UFRB aderiu ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Essa adesão conferiu à Universidade uma oportunidade de consolidação, proporcionando, além de ampliação quantitativa e organizacional, maior solidez acadêmica. No primeiro semestre de 2010, a UFRB tornou-se a primeira instituição baiana a adotar integralmente o Sistema de Seleção Unificada do MEC–SISU como única forma de ingresso, em substituição ao vestibular. Desde então, somente os/as candidatos/as que participem do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) podem disputar as vagas oferecidas para os cursos de graduação, revelando o propósito da Universidade na busca da democratização do acesso e oportunizando o ingresso de discentes oriundos do interior do estado e das classes sociais menos favorecidas.

Em janeiro de 2013, a UFRB despontou como primeira universidade brasileira a aplicar integralmente a porcentagem de 50% das vagas ofertadas para o ingresso de discentes oriundos da rede pública de ensino e que se autodeclararem negros, pardos,

índios-descendentes ou de outros grupos étnicos, conforme estabelecido na Lei nº. 12.711/2012 (Lei de Cotas). A Universidade, que já utilizava o sistema de cotas, passou a ser ainda mais inclusiva, defendendo, sobretudo, a ideia de que a política de democratização de acesso deve ser seguida de uma política de acolhimento e assistência estudantil que possibilite aos discentes igualdade de oportunidades, com foco no sucesso acadêmico desejado. Ainda em 2013, em função da dinâmica oriunda das políticas de educação superior, imprimindo um novo ciclo de expansão, a UFRB implantou o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), localizado no município de Feira de Santana, com a missão de contribuir com o desafio da questão energética e do semiárido, com matrizes sustentáveis; e o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro, com foco em estudos interdisciplinares nos campos da cultura, das tecnologias, das linguagens artísticas, da engenharia do espetáculo e da economia criativa. A criação desses centros impactou a dinâmica social e econômica do estado da Bahia, por constituírem, notadamente, novos campos de desenvolvimento associados a aspectos intrínsecos ao Recôncavo e ao seu entorno.

Em 2020, a UFRB ofereceu 57 cursos de graduação (33 bacharelados, 16 licenciaturas e 8 cursos superiores de tecnologia). Na pós-graduação, a instituição ofertou, até dezembro de 2020, 10 programas acadêmicos de mestrado e 2 de doutorado, além de 9 mestrados profissionais.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas (TGC) ofertado pela UFRB iniciou suas atividades em 2008, como oferta pioneira na Bahia, alinhado à necessidade de apoiar e desenvolver os empreendimentos econômicos solidários e populares que são quantitativamente expressivos no estado.

5. JUSTIFICATIVA

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, criado em 2008, tem papel expressivo na promoção e no fortalecimento de empreendimentos associativos e cooperativos através da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa nos territórios de atuação da UFRB. Devido à expansão do cooperativismo, sobretudo o rural revelado pelo Censo Agropecuário 2017, mais a consolidação dos empreendimentos de economia solidária, como estratégia de melhoria da qualidade de vida com atividades voltadas para a geração de trabalho e renda, a formação do gestor de cooperativas exige a conciliação da dupla dimensão presente nestes empreendimentos, quais sejam: a social, ao enfatizar o compromisso com o desenvolvimento das localidades que estão inseridos, e a econômica que impõe resultados positivos para seus sócios.

Considerar essa dupla dimensão, em uma conjuntura de crise econômica com a inserção de diversos segmentos da classe trabalhadora em situação de vulnerabilidade, está em consonância com a missão da UFRB que busca contribuir “para o desenvolvimento social, tecnológico e sustentável, promovendo a inclusão e valorizando as culturas locais” (UFRB, 2018, p. 12), destacada no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2030. São as sociedades cooperativas, as associações comunitárias e os empreendimentos solidários, singularizados pelas práticas democráticas, que se constituem em vetores que possibilitarão a construção de uma sociedade menos desigual, mas que não prescindem de uma gestão qualificada, com profissionais que garantam a inserção dos seus produtos em mercados altamente seletivos e competitivos.

A prospecção do campo de atuação para o gestor de cooperativas é alvissareira se observado alguns levantamentos estatísticos. O Segundo Mapeamento da Economia Solidária, realizado entre 2009 e 2013, pela extinta Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), registrou 19.708 empreendimentos no Brasil. A distribuição regional desses empreendimentos revela uma concentração significativa no Nordeste (52,2%). Entre os estados, a Bahia é o que detém o maior número de empreendimentos, 1.452. No Território do Recôncavo, foram registrados 48 empreendimentos, em 12 municípios, envolvendo 1.399 mulheres associadas e 1.834 homens associados.

A Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB) tem 202 cooperativas ativas filiadas, com 225.984 cooperados e 2.803 empregados (OCEB, 2020). O ramo crédito é o que mais absorve egressos do curso e que detém maior número de empregados do estado, 874 em 18 cooperativas. As representações desse segmento afirmam que as oportunidades para o crescimento das cooperativas de crédito são expressivas porque o Banco Central, órgão regulador das instituições financeiras, as definiu como agentes de inclusão financeira para aqueles que são desassistidos dos serviços bancários. O ramo da saúde é o segundo que mais emprega, são 837 trabalhadores em 60 cooperativas. Neste ramo, há desafios que reforçam a necessidade de gestão mais qualificada, segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), como: a preocupação com o *compliance* concorrencial e a gestão dos custos da parceria público-privado. O agropecuário é o terceiro ramo que mais gera emprego, 588 funcionários, em 36 cooperativas. Seus desafios mais destacados são o acesso a mercados, infraestrutura e logística e a participação das cooperativas nas compras públicas.

Cabe ressaltar que a OCEB não é a única entidade de representação das cooperativas no estado. A União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (UNICAFES), seção Bahia, tem 83 cooperativas filiadas que atuam na organização da produção e comercialização. Há também a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Bahia) que representa inúmeras outras cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária. As cooperativas e demais empreendimentos representados por essas entidades são autogestionários, mas necessitam de assessoria e apoio para qualificar o processo organizacional interno e externo para que assegurem a sustentabilidade.

O Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também contribui para alargar o horizonte profissional do gestor de cooperativas. Os dados expressam o crescimento do cooperativismo rural no país nos últimos anos. No Brasil, 579,5 mil estabelecimentos estão associados a cooperativas, abrangendo 11,4% do total de estabelecimentos agropecuários do país. Em relação ao Censo de 2006, foi observado um aumento de 67,3%. A Bahia tem nesse formato associativo uma estratégia importante para a promoção do desenvolvimento da sua agropecuária e, de forma mais ampla, do próprio espaço rural, já que esse segmento tem relevância para a ocupação de parcela significativa da população do campo.

A importância das cooperativas e das associações expressa-se, por exemplo, em políticas públicas como o Programa Ater Mais Gestão, voltado para a qualificação da gestão das cooperativas e das associações da agricultura familiar. Políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criaram novas oportunidades com a Lei 11.947/2009 que impõe a obrigatoriedade de, no mínimo, 30% da compra de produtos da alimentação escolar da agricultura familiar. Mas, também, impuseram novos desafios, exigindo uma gestão mais profissionalizada para a inserção nesses mercados. No âmbito estadual, destacam-se também ações como o Projeto Bahia Produtiva, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do estado, direcionado para o fortalecimento da agricultura familiar, através da melhoria de infraestrutura para produção/comercialização, apoio à gestão e ao acesso ao mercado.

Dos estados nordestinos, a Bahia é o que apresenta o maior número de estabelecimentos agropecuários, são 762.848 (32,8% do total do Nordeste), conforme os dados do Censo Agropecuário. Do total de estabelecimentos agropecuários baianos, 14.567 estão associados a cooperativas (43,4% do total de estabelecimentos associados da Região). Se forem considerados também os estabelecimentos vinculados à associação, a Bahia registra um total de 106.278 cujo produtor faz parte de alguma cooperativa ou associação de produtores.

Esse é o cenário que denota a relevância do gestor de cooperativas, que na UFRB prima por uma educação inovadora, com formação técnico-científico e humanista, para atuar de forma crítica e reflexiva. Cabe destacar que o Curso surgiu com a missão de despertar o interesse pelo cooperativismo como alternativa de organização social para o desenvolvimento socioeconômico, oferecendo uma formação que responda às necessidades de qualificação profissional, através do desenvolvimento de habilidades e competências específicas, tendo em conta as peculiaridades, características e carências do estado da Bahia. Decorridos 14 (quatorze) anos da sua criação, o reconhecimento da

necessidade deste profissional amplia-se para além dos setores que compõem a gestão de um empreendimento, sendo demandado, por exemplo, nos programas e projetos públicos de assistência técnica para cooperativas e associações. Outro campo promissor para sua atuação é na formulação e execução de políticas públicas para fortalecer o cooperativismo, o associativismo e os empreendimentos de economia solidária, seja na integração de equipes multidisciplinares, seja pela consultoria ou assessoria.

O acúmulo da experiência adquirida no Curso, a partir da implementação de projetos de pesquisa e extensão, respaldou a reformulação do PPC. Cabe destacar três deles que apontaram novos aspectos para serem priorizados no processo de ensino-aprendizagem. O primeiro, projeto do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (NEDET), entre 2014 e 2016, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contribuiu para a construção de conhecimentos voltada para o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais no processo de gestão social.

O segundo, a Rede de Universidades do Programa Mais Gestão, financiado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2015 e 2016. Consistiu em desenvolver estudos, pesquisa e inovação na área de gestão das cooperativas. Além disso, foi realizado um programa piloto, demandado pelo MDA, com a atuação de 10 (dez) graduandos do Curso em cooperativas e associações da agricultura familiar da Bahia para qualificar o processo organizacional.

O terceiro, projeto Mais Mercado: articulação entre oferta da agricultura familiar e a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 03 (três) territórios de identidade na Bahia, desenvolvido de 2017 a 2021, com financiamento, nos seus primórdios, do MDA, depois sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), objetivou ampliar a participação da agricultura familiar no PNAE. Para operacionalizar suas atividades, foi implementado o Programa Jovens Agentes de Comercialização (PJAC), com 60 graduandos dos cursos de Gestão de Cooperativas, Agroecologia, Agronomia, Educação do Campo e Nutrição com formação técnica e prática para atuar junto às entidades executoras do PNAE e às organizações econômicas da agricultura familiar.

A reformulação não desconsidera os gargalos históricos para fortalecer os formatos associativos nos territórios de abrangência da UFRB, mas enfatiza algumas áreas da gestão (a comercial e a tributário-contábil) e disciplinas que versam sobre as cooperativas de crédito que não estão suficientemente contempladas no PCC vigente. Estas demandas foram apontadas por uma pesquisa com os egressos, realizada pelo Colegiado do Curso, em conjunto com o NDE, e pelas devolutivas da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UFRB. O intuito é fortalecer o conhecimento técnico, mas, também, a concepção de uma pedagogia para autonomia, com a valorização de todos os atores envolvidos no processo organizacional como sujeitos que constroem sua própria história. Esta perspectiva coaduna com os princípios destacados no PDI 2019-2030 (UFRB, 2018, p. 23), “a UFRB assume a democratização, a inclusão e a autonomia como princípios fundantes no sentido de garantir que a formação conferida pela universidade não se restrinja à dimensão técnica, mas que a conjugue com as dimensões humanas e da equidade sob o propósito de favorecer o exercício de uma cidadania plena”.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral

Oferecer formação e qualificação para o desenvolvimento de competências e habilidades para a gestão de organizações cooperativas e outras organizações coletivas, através de um processo integrado de ensino, pesquisa e extensão, pautado em uma educação emancipadora e articulado com os princípios cooperativistas.

6.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar conhecimento dos pressupostos, conceitos e princípios da gestão de cooperativas e demais empreendimentos solidários e populares;
- Formar profissionais capazes de atuar na gestão organizacional, em suas distintas áreas, buscando a eficácia e a sustentabilidade das organizações do campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária;
- Assegurar formação técnica e humanística, que permita a compreensão e a intervenção na realidade organizacional, valorizando os seus contextos específicos;
- Proporcionar base de conhecimento para atuar na elaboração e na implementação de ações ou políticas públicas no campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária;
- Proporcionar condições para o desenvolvimento de profissionais com capacidade de assessorar a gestão ou gerenciar diretamente atividades nas organizações do campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico em uma perspectiva sustentável;
- Proporcionar base teórica para a formação de profissionais comprometidos com a produção e a disseminação do conhecimento no campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária;
- Estimular a formação de profissionais com habilidades para o desenvolvimento de tecnologias de gestão aplicadas ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária, contribuindo para o fortalecimento das organizações coletivas;
- Assegurar conhecimento teórico-prático para uma gestão profissionalizada, capaz de apoiar as organizações na inserção nos mercados;
- Formar profissionais com um perfil ético, atitude proativa e espírito de cooperação, com capacidade de atuar nos processos organizativos e fortalecer a cultura cooperativista e a cooperação em rede.

7. PERFIL DO EGRESSO

O(a) Tecnólogo(a) em Gestão de Cooperativas deverá ser um(a) profissional com formação humanística, proativo(a), com visão estratégica, sistêmica e com espírito empreendedor associativo. Deverá ser capaz de:

- Gerenciar sistemas organizacionais cooperativos, interagindo com as especificidades locais e regionais, em conexão ao contexto global;
- Ser agente de mudança na assessoria e consultoria, atuando de forma inovadora e pautada nos princípios de justiça e ética profissional;
- Responder aos desafios da gestão e governança de organizações coletivas, atento/a às suas necessidades sócio-políticas, organizativas e tecnológicas;
- Atuar de forma crítico-reflexiva que permita disseminar a proposta cooperativa de forma sustentável.

8. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, EPISTEMOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), em seu Artigo 39, conceitua educação profissional como sendo aquela integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo o/a discente ao permanente desenvolvimento de suas aptidões para a vida produtiva. De acordo com o Decreto 2.208/97, os cursos superiores tecnológicos, considerados de graduação pela legislação vigente, têm como característica principal a capacitação técnica para atender aos diversos setores da economia e conferirão ao egresso o diploma de tecnólogo. Dentro deste âmbito, enquanto forma de educação profissional, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB pode ser compreendido como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas, relacionadas ao mundo do trabalho. Para isto, o Curso deverá pautar-se em princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos alinhados aos normativos institucionais, bem como ao PDI 2019–2030 da UFRB.

Conforme descrito no PDI vigente, a UFRB assume a **democratização**, a **inclusão** e a **autonomia** como princípios fundantes no sentido de garantir que a formação conferida pela instituição não se restrinja à dimensão técnica, mas que a conjugue com as dimensões **humana** e da **equidade** sob o propósito de favorecer o exercício de uma cidadania plena.

Os princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos que nortearão as práticas acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas (TGC) da UFRB deverão orientar a formação dos discentes que ingressam, permanecem e concluem o seu percurso formativo vinculado a este Curso. Alinhados ao PDI vigente da UFRB tais princípios são:

- a) Valorização da cidadania inclusiva;
- b) Formação humanística;
- c) Incentivo à construção da própria identidade profissional;
- d) Valorização da ciência e de seu caráter de criticidade;
- e) Valorização da contextualização política, ética e crítica da formação;

- f) Incentivo ao constante aperfeiçoamento técnico, capaz de gerar inovações de conhecimento e novas tecnologias para a própria área de formação;
- g) Respeito à diversidade e à pluralidade cultural;
- h) Incentivo ao desenvolvimento socioambiental sustentável, com responsabilidade com o bem estar social e a qualidade de vida das futuras gerações;
- i) Valorização de saberes locais.

Ressalta-se a integral aderência do PPC do Curso de TGC à defesa de uma filosofia de formação integral para os discentes, que preconiza, como define o PDI 2019–2030 da Universidade, a história de vida, as culturas, os saberes, as experiências prévias e a sociabilidade, visando uma formação aberta e, ao mesmo tempo, centrada nas relações entre o local e o global, para fazer face às exigências sociais, políticas, tecnológicas, científicas e ambientais que todo cidadão precisa compreender para se situar e intervir sobre o mundo, iniciando pelo contexto que está a sua volta, e em defesa de interesses coletivos prioritariamente.

A formação do Gestor de Cooperativas da UFRB estará pautada, desta forma, na valorização da atual conjuntura social, econômica e política da profissão, sem perder de vista o contexto histórico do território que abriga o curso, sediado no Recôncavo da Bahia, com sua origem multirracial, sua cultura, sua riqueza de recursos naturais, suas comunidades tradicionais e povos do campo. Assim, a formação do Gestor de Cooperativas da UFRB assume o princípio básico que é o de formar profissionais aptos para enfrentarem os desafios e problemas de um país em vias de desenvolvimento, caracterizado por profundas desigualdades sociais.

Especificamente em relação aos princípios pedagógicos que norteiam a formação do Gestor de Cooperativas da UFRB, torna-se relevante enfatizar o alinhamento do curso com o que preconiza o PDI 2019-2030. Pretende-se que em seu percurso formativo o/a discente seja estimulado/a a desenvolver competências que lhe tragam segurança de atuação profissional, capaz de responder a diversos contextos, modalidades, níveis e situações do cotidiano da profissão, lançando mão para isso de diferentes estratégias, métodos, técnicas e instrumentos que foram vivenciados durante sua formação. Com este foco, o itinerário formativo previsto no Curso pretende estabelecer uma relação pedagógica diferenciada, dinâmica e eficaz com múltiplos grupos ou indivíduos, de forma a favorecer a aquisição de conhecimentos e competências, bem como o desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados ao desempenho profissional.

Assim como todos os demais cursos de graduação da UFRB, a formação do Gestor de Cooperativas estará fundamentada no princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Para cumprir esta missão formativa, as práticas acadêmicas do Curso serão norteadas a partir do compromisso com a produção técnico-científica do conhecimento, de forma dialógica e socialmente referenciada.

Alinhada ao PDI vigente na UFRB, o Curso de TGC propõe-se a ofertar um ensino de qualidade. Para tanto, define como princípios para a sua política de ensino a interdisciplinaridade e a flexibilidade curricular. A flexibilização das atividades formativas perpassa por ações pedagógicas que permitem ao discente o protagonismo em seu itinerário formativo, ou seja, o discente poder traçar o seu próprio percurso. Desta forma,

é facultado a eles, durante a vivência acadêmica, acionar dispositivos pedagógicos de flexibilização curricular tais como:

- Atividades formativas eletivas: a eletividade das atividades formativas é a possibilidade de o/a discente circular por outras áreas de conhecimento durante seu itinerário formativo, colaborando para a formação de um sujeito crítico e reflexivo;
- Certificação de conhecimentos prévios: é a possibilidade de o/a discente dispensar atividades formativas em virtude de conhecimentos adquiridos em outros espaços de saberes e conhecimentos. É a valorização da experiência extraescolar como princípio educativo previsto na lei de diretrizes e bases da educação;
- Aproveitamento de cursos, atividades e/ou programas institucionais: é a possibilidade de o/a discente aproveitar cursos, atividades e/ou programas, sejam de ensino, pesquisa ou extensão, como atividades formativas dentro de seu itinerário formativo;
- Oferta de componentes à distância – EaD: é a possibilidade de até 20% (vinte) da atividade formativa poder ser ministrada por meio de tecnologias de informação e comunicação;
- Curricularização da extensão - meta prevista no PNE (2014-2024), caracterizada como a possibilidade de o currículo de um curso de graduação prever, no mínimo, 10% (dez) do seu itinerário formativo para as atividades de extensão.

O princípio da flexibilidade também se aplica para algumas atividades consideradas obrigatórias, como a Atividade Complementar de Curso (ACC). Para integralizar seu Curso, o/a discente deverá participar do mínimo de 70 horas de ACC, todavia são diversas as possibilidades de atividades disponíveis ao/a discente para atingir essa carga horária de complementação de sua formação. São consideradas como ACC a participação do/a discente em projetos de pesquisa e extensão, cursos, monitorias, visitas técnicas, eventos, atividades de extensão e grupos de estudos. Também pode ser computada como ACC a vinculação do/a discente à empresas juniores, empreendimentos, programas institucionais e órgãos institucionais na condição de representante estudantil. Disciplinas optativas cursadas para além da carga horária exigida como obrigatória também poderão ser computadas como ACC. Também pode ser computado para fins de ACC os estágios extracurriculares realizados pelos/as discentes. Entende-se como estágio extracurricular o estágio opcional realizado pelo/a discente de acordo com as normas institucionais definidas pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFRB.

Conforme apregoa o PDI 2019-2030 da UFRB, a curricularização da extensão é um compromisso assumido pela instituição para atender ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de acordo com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988; à concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; ao Plano Nacional de Educação 2001-2020 e ao Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que define, dentre suas estratégias, a inclusão de, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação para as atividades de extensão, através de programas e projetos em áreas de pertinência social. A curricularização da extensão tem a pretensão de conectar as realidades sociais e territoriais às instituições de ensino e, com isso, ressignificar ou dar o verdadeiro sentido ao ensino superior a partir da promoção do conhecimento-emancipação, do diálogo universidade-sociedade e da relação extensão-pesquisa-ensino.

Para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB, a dimensão extensão tem grande relevância formativa como base de um processo educacional interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político e promove a interação transformadora entre Universidade e setores da sociedade. Assim no âmbito do Curso, pretende-se, por meio da extensão, que os/as discentes acumulem experiências de interação dialógica com atores externos à Universidade e valorizem a interdisciplinaridade e a participação na construção de estratégias de transformação social.

De forma prática, uma das estratégias de curricularização da extensão adotadas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB é a Ação Curricular de Extensão (ACE) em Gestão de Cooperativas. Essa atividade visa proporcionar que os/as discentes tenham contato e vivenciem as características filosóficas, éticas, metodológicas e da realidade prática de instituições parceiras ou grupos informais. Pretende-se, assim, por meio desta atividade, que os/as discentes compreendam os desafios e as competências e habilidades profissionais necessárias à interação com as instituições ou diferentes segmentos da sociedade, dando-lhe oportunidade de vivenciar e aplicar os conhecimentos adquiridos durante o Curso.

A dimensão da pesquisa científica e tecnológica também é relevante e deverá fazer parte do percurso formativo do/a discente do curso de TGC da UFRB, não apenas em relação à elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, mas por meio do incentivo à participação dos/as discentes em programas institucionais que incentivam a pesquisa, tais como Programas de Educação Tutorial (PET), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), além da participação em projetos conduzidos por professores e/ou desenvolvidos junto às instituições parceiras.

9. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

A graduação de Tecnologia em Gestão de Cooperativas é resultado, em certa medida, da articulação de diversas organizações da sociedade civil que se mobilizaram para reivindicar uma Universidade no Recôncavo da Bahia com cursos que pudessem contribuir no desenvolvimento socioeconômico do Território. Esta constatação é corroborada com a ausência do ensino do cooperativismo no âmbito da graduação em universidades da Região Nordeste. Portanto, o curso em si é uma inovação no ensino superior nordestino na época da sua criação e surge justamente para qualificar a gestão das sociedades cooperativas, das associações rurais e dos empreendimentos da economia solidária com um perfil de egresso que considere as singularidades desses formatos associativos, tanto quanto produzir conhecimento que contribua para o seu aperfeiçoamento.

A UFRB preconiza no PDI 2019-2030 a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão ao enfatizar que o graduando aprende não só cognitivamente, mas também através de atitudes e habilidades que devem convergir para um comportamento responsável socialmente e politicamente. Neste sentido, busca assegurar a vivência do aprendizado teoricamente com as demandas da sua área de atuação. No caso dos estudantes do Curso, além das competências técnicas para empregar as ferramentas de gestão nos empreendimentos associativos, propicia o comprometimento com os desafios característicos dos segmentos mais vulneráveis do contexto baiano, particularmente, os agricultores familiares e os trabalhadores associados nas iniciativas da economia solidária.

A fragilidade organizacional da maioria das cooperativas e das associações exigiu da extensão universitária projetos com escalas distintas para possibilitar uma formação mais ampla que contemplasse a diversidade de empreendimentos que compõem a ruralidade baiana. Essa diversidade também está presente no campo da agricultura familiar que tem empreendimentos com níveis organizacionais distintos, desde associações rurais que ainda apresentam um processo incipiente de gestão até centrais de cooperativas e redes que atuam em larga escala. Esse contexto propiciou inúmeras experiências de graduandos/as do Curso de Gestão de Cooperativas com entidades que atuam na prestação de assistência técnica e extensão rural (ATER), através das ações extensionistas nos territórios do Recôncavo e Portal do Sertão. Estas vivências potencializam aos egressos do Curso competências e habilidades para compor equipes multidisciplinares nos programas de ATER, uma possibilidade que precisa ser incorporada pelos agentes que formulam e executam as políticas de assistência técnica no estado da Bahia. Ademais, as pesquisas realizadas na última década apontam que o Curso tem potencial, sobretudo, de qualificar a gestão associativa para ampliar o acesso da agricultura familiar às políticas públicas.

Apesar de a Bahia ser o estado com o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, segundo o Censo Agropecuário 2017, do IBGE, sabe-se que um dos grandes desafios dos agricultores familiares e suas organizações econômicas é construir estratégias para a comercialização de seus produtos, principalmente considerando que o acesso a mercados envolve diferentes elementos da cadeia produtiva. Este diagnóstico exigiu do poder público a adoção de diversos programas que fortalecessem o mercado da agricultura familiar e diversificassem os canais de comercialização. Particularmente três ações com financiamento nos seus primórdios do extinto MDA e,

posteriormente, do MAPA, oportunizaram aprendizagem prática para os/as graduandos e fortaleceram as ações de pesquisa e extensão do Curso.

Uma delas foi a participação na Rede de Universidades do Programa Mais Gestão, financiada pelo MDA, em 2015 e 2016. Além da UFRB, a Rede foi composta pelas Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Seu objetivo principal consistiu em desenvolver estudos, pesquisa e inovação na área de gestão das cooperativas e demais organizações econômicas da agricultura familiar, estimulando o desenvolvimento de processos de monitoramento, avaliação, geração de informação e conhecimento para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Nessa Rede foi oportunizado o piloto de um programa de capacitação de Jovens Cooperativistas com os graduandos das universidades que a integravam. Na UFRB, foram 10 (dez) estudantes de Gestão de Cooperativas que atuaram em 10 (dez) organizações econômicas da agricultura familiar para aprimorar sua formação e contribuir com a gestão associativa.

O projeto “Mais Mercado: articulação entre oferta da agricultura familiar e a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE em três territórios de identidade na Bahia”, desenvolvido entre 2017 e 2021, integrou as ações do MDA para ampliar a participação da agricultura familiar no programa de alimentação escolar. Para operacionalizar suas atividades, foi implementado na UFRB o Programa Jovens Agentes de Comercialização (PJAC), com 12 graduandos de Gestão de Cooperativas, dentre outros cursos. O objetivo principal do PJAC foi contribuir com o planejamento do processo de comercialização das organizações econômicas da agricultura familiar e apoiar os executores municipais responsáveis pela alimentação escolar no que tange à adequação da demanda do PNAE na Bahia à realidade da oferta da produção familiar. O programa foi projetado para ser uma ação estruturante que aliava ensino, pesquisa e extensão em prol do fortalecimento da agricultura familiar da Bahia.

O projeto “Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar do estado da Bahia”, iniciado em 2019, desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incuba) da UFRB, tem como propósito promover ações de fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar, voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, na articulação de atividades acadêmicas a partir da relação com as políticas públicas, na promoção da segurança alimentar e nutricional e da geração de trabalho e renda, especialmente para as mulheres rurais do estado da Bahia.

Além desses, destacam-se dois projetos de extensão que aliam teoria e prática a partir da extensão universitária. O projeto “Grupo de Consumo do Recôncavo: estratégia de comercialização para fortalecimento da agricultura familiar”, cujo objetivo é estimular a criação de estratégias de comercialização dos produtos da agricultura familiar no Território, através do fortalecimento de um grupo de consumo. Este trabalho já está sendo realizado desde 2015, articulando produtores e consumidores, viabilizando a comercialização coletiva dos produtos da agricultura familiar. O segundo projeto intitula-se “Cooperar, vivenciar e aprender: experiências a partir das associações comunitárias de Governador Mangabeira e Muritiba na Bahia”, desenvolvido desde 2019, com o intuito de contribuir com o fortalecimento da gestão coletiva das associações comunitárias rurais dos municípios

e, ao mesmo tempo, propiciar um espaço de vivência e aprendizagem para os/as estudantes.

As experiências narradas demonstram que a Universidade tem atuação relevante com o segmento da agricultura familiar, potencializada pelo envolvimento de docentes e discentes na Incuba. A incubadora universitária foi constituída na UFRB em 2007 e tem como missão contribuir na promoção e no fortalecimento de empreendimentos solidários, valorizando a diversificação da produção, através das tecnologias sociais associadas às políticas públicas territoriais sustentáveis, como forma de promover a melhoria da qualidade de vida com atividades voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, a partir do ensino, extensão e pesquisa.

Outra questão relevante, que contribui com os propósitos de formação do Curso, diz respeito à contribuição do Núcleo da Agricultura Familiar e Agroecologia (NAF), criado em 2005, que realiza projetos de pesquisa e extensão para identificar e fomentar estratégias de desenvolvimento tanto da agricultura familiar quanto da agroecologia no estado da Bahia. Desde sua criação, a equipe do NAF vem se empenhando no processo de ampliação da institucionalidade e reconhecimento da agricultura familiar e da agroecologia.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão deve proporcionar ao/a educando/a uma formação integral, multidisciplinar, onde este/a seja capaz de interpretar, construir e trocar experiências. A Universidade, além de assegurar um percurso formativo que permita ao jovem aprender uma profissão e uma formação técnico-científica, buscar proporcionar-lhe valores de ética para atuar pela justiça social. Portanto, as ações destacadas no Curso de Gestão de Cooperativas coadunam-se com os propósitos da UFRB constantes no PDI 2019-2030 e estão direcionadas para proporcionarem oportunidades de aprendizagem adequadas ao perfil do egresso. Cabe ressaltar a importância da extensão universitária porque ela oportuniza o cumprimento da função social da instituição. Neste sentido,

a inserção da UFRB nos Colegiados Territoriais do Recôncavo da Bahia, Vale do Jiquiriçá e Portal do Sertão, através de programas e projetos de extensão e das possibilidades que as parcerias, inerentes a essas ações, geram de redes solidárias para fortalecimento e qualificação da formação dos sujeitos envolvidos e das relações desses e de outros setores da sociedade com a Universidade, como por exemplo, a partir de ações de economia solidária junto aos Centros Públicos de Economia Solidária, aos grupos produtivos de mulheres, associações e cooperativas, especialmente da Agricultura Familiar, que possibilitam a produção de conhecimento de geração de trabalho e renda e desenvolvimento do potencial socioeconômico, cultural e educacional da região (UFRB, 2018, p. 15-16).

Com a reformulação do PPC do Curso de Gestão de Cooperativas, a Universidade demonstra estar sintonizada com as exigências de qualificação profissional para os gestores de empreendimentos associativos, numa concepção de organização coletiva alicerçada em um processo dialógico com as organizações da sociedade civil. Foi nesta perspectiva que nasceu a proposição do Programa Cooperativa Escola, uma inovação no Curso que aliará teoria e prática, sobretudo nas disciplinas que compõem o eixo de gestão – contábil, financeira, comercial, produção, logística, recursos humanos e *marketing*, em parceria com cooperativas, associações rurais e empreendimentos da economia solidária para qualificar o aprendido pela vivência. Com a formação ampla propiciada através dessa prática

inovadora do Programa Cooperativa Escola, os/as egressos têm capacidade de atuar na gerência das sociedades cooperativas dos diversos ramos, em programas de assistência técnica para cooperativas, organizações econômicas da agricultura familiar e empreendimentos da economia solidária, observando-se os princípios democráticos, a equidade e a solidariedade na constituição e desenvolvimento desses formatos associativos.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os componentes curriculares do Curso estão distribuídos em 04 (quatro) eixos integradores:

- (1) Desenvolvimento e Políticas Públicas;
- (2) Relações Sociais e Solidárias no Mundo do Trabalho;
- (3) Administração, que subdivide-se em (3.1) Finanças e Contabilidade, (3.2) Produção, Materiais e Logística, (3.3) *Marketing* e Comunicação e (3.4) Recursos Humanos;
- (4) Marco Regulatório.

A organização curricular contempla também as Atividades Complementares (totalizando 70 horas) e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que será dividido em Trabalho de Conclusão de Curso I (com 51 horas) e Trabalho de Conclusão de Curso II (com 17 horas).

A matriz curricular do Curso está estruturada em 06 (seis) semestres, abrangendo 28 (vinte e oito) componentes curriculares, sendo 26 (vinte e seis) disciplinas obrigatórias – totalizando 1.428 horas (um mil quatrocentos e vinte e oito horas) – e 02 (duas) disciplinas optativas de 51 horas - totalizando 102 horas (cento e duas horas). Dentre os componentes obrigatórios, Ação Curricular de Extensão (ACE) em Gestão de Cooperativas e Trabalho de Conclusão de Curso II são atividades curriculares.

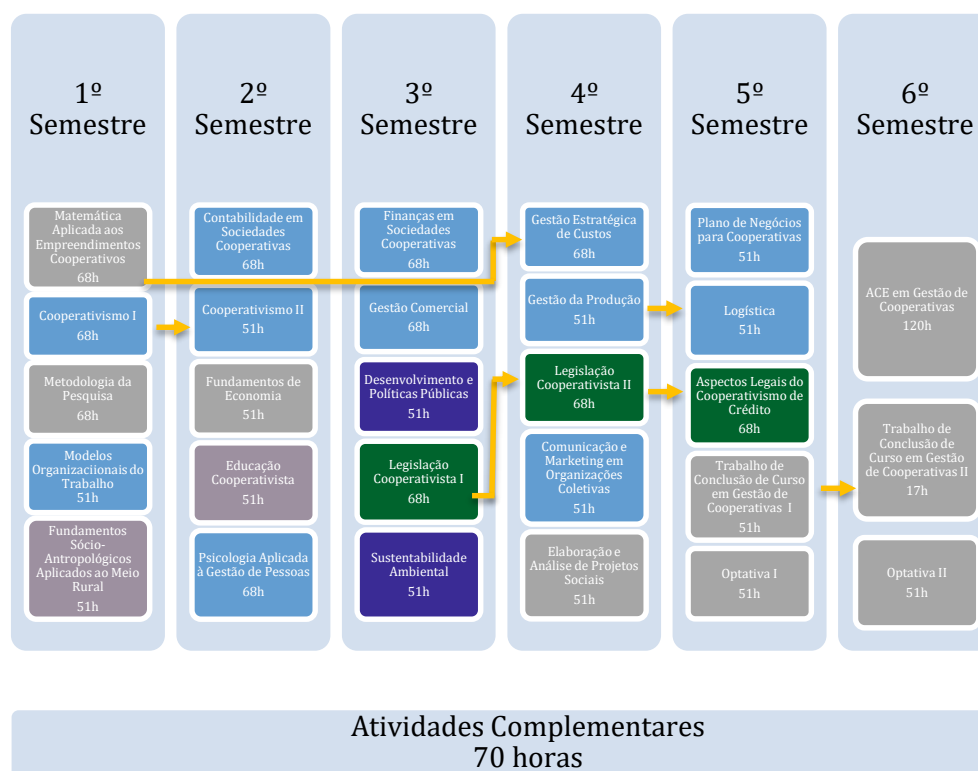
O somatório da carga horária dos componentes curriculares obrigatórios (1.548 horas) e optativos (102 horas), Atividades Complementares de Curso (70 horas) totaliza uma carga horária de 1.720 horas (um mil setecentos e vinte horas) para a integralização do Curso.

Deve-se destacar que a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais, o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e LIBRAS estão presentes nos conteúdos curriculares obrigatórios e optativos. Temáticas relacionadas com as políticas de educação ambiental estão incluídas em componentes obrigatórios como Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento e Políticas Públicas. O componente Fundamentos Sócio-Antropológicos Aplicados ao Meio Rural perpassa por conteúdos relacionados com os direitos humanos, relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Políticas de educação em direitos humanos também integram as abordagens de Educação Cooperativista. De modo mais amplo, esses conteúdos são transversais em diversos componentes do Curso e estão integrados aos

próprios princípios do cooperativismo e do associativismo, sendo considerados fundamentais na formação do/a Gestor/a de Cooperativas.

10.1 ESTRUTURA CURRICULAR

10.1.1 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERCURSO FORMATIVO



Legenda:

- Pré-Requisito
- Eixo 1
- Eixo 2
- Eixo 3
- Eixo 4

10.1.2 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Código	Nome do Componente	Função	Semestre	Carga-Horária Total
	Matemática Aplicada aos Empreendimentos Cooperativos	Básica	1º	68h
	Cooperativismo I	Básica	1º	68h
CCA283	Metodologia da Pesquisa	Básica	1º	68h
	Modelos Organizacionais do Trabalho	Básica	1º	51h
	Fundamentos Sócio-Antropológicos Aplicados ao Meio Rural	Básica	1º	51h
	Contabilidade em Sociedades Cooperativas	Profissional	2º	68h
	Cooperativismo II	Básica	2º	51h
	Fundamentos de Economia	Básica	2º	51h
	Educação Cooperativista	Profissional	2º	51h
	Psicologia Aplicada à Gestão de Pessoas	Profissional	2º	68h
	Finanças em Sociedades Cooperativas	Profissional	3º	68h
	Gestão Comercial	Profissional	3º	68h
	Desenvolvimento e Políticas Públicas	Básica	3º	51h
	Legislação Cooperativista I	Profissional	3º	68h
	Sustentabilidade Ambiental	Profissional	3º	51h
	Gestão Estratégica de Custos	Profissional	4º	68h
	Gestão da Produção	Profissional	4º	51h
	Legislação Cooperativista II	Profissional	4º	68h
	Comunicação e Marketing em Organizações Coletivas	Profissional	4º	51h
	Elaboração e Análise de Projetos Sociais	Profissional	4º	51h
	Plano de Negócios para Cooperativas	Profissional	5º	51h

	Logística	Profissional	5º	51h
	Aspectos Legais do Cooperativismo de Crédito	Profissional	5º	68h
	Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Cooperativas I	Profissional	5º	51h
	Ação Curricular de Extensão (ACE) em Gestão de Cooperativas	Profissional	6º	120h
	Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Cooperativas II	Profissional	6º	17h

10.1.3 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Código	Nome do Componente	Função	Semestre	Carga-Horária Total
	Certificação em Organizações Sociais	Profissional		51h
	Controladoria	Profissional		68h
	Cooperativismo do Trabalho	Profissional		51h
	Cooperativismo Industrial	Profissional		51h
	Desenvolvimento Regional	Profissional		51h
	Extensão Rural	Profissional		51h
	Gestão da Qualidade	Profissional		51h
	Governança Corporativa	Profissional		68h
	Legislação Ambiental e Agrária	Básica		68h
GCFP247	Libras	Profissional		68h
	Orçamento em Cooperativas	Profissional		68h
	Planejamento Financeiro de Curto e Longo Prazo	Profissional		68h
	Redes Sócio-Organizacionais	Profissional		34h
	Sociologia Rural	Básica		51h
	Tecnologia Social	Profissional		68h
CCA367	Tópicos Especiais em Cooperativismo	Profissional		51h
	Tópicos Especiais em Legislação Cooperativista	Profissional		68h

10.2 ATIVIDADES INTEGRADORAS/ARTICULADORAS

As atividades integradoras/articuladoras têm o intuito de ofertar a vivência de situações que possibilitem desenvolver o aprendizado por meio da convivência coletiva/grupo, o respeito mútuo, o aprendizado de forma contínua, da elaboração de maneira criativa, ética e independente. Além disso, essas atividades criam condições à participação entre professores e alunos na direção da inter e transdisciplinaridade, o que possibilita o sentido de praticidade que é desenvolvido no Curso de Gestão de Cooperativas.

Desta forma, desfragmenta o conhecimento desenvolvido nos variados componentes curriculares, o que correlaciona os conteúdos discutidos e articula a unidade do conhecimento. As atividades integradoras/articuladoras possibilitam a articulação entre os componentes curriculares e tem a participação do trabalho dos alunos, em uma visão interdisciplinar. Nesse contexto, as atividades integradoras/articuladoras do Curso almejam consolidar, em cada semestre do/a aluno/a, um aprendizado das diversas funções necessárias à profissão de gestor de cooperativas para uma sociedade em que a mudança é uma constante.

Atualmente estão em execução ou estão sendo implementados vários programas e projetos de extensão nos quais participam docentes e discentes do Curso de Gestão de Cooperativas, que configuram-se em espaços para vivenciar os conteúdos das atividades de ensino e, também, pautam a agenda da pesquisa. Entre esses projetos/programas, podem ser citados: Cooperativa-Escola da UFRB; Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incuba); Grupo de Consumo do Recôncavo; Cooperar, Vivenciar e Aprender: experiências a partir das associações comunitárias de Governador Mangabeira e Muritiba na Bahia; Redes de comercialização inovadoras na UFRB: agricultura familiar, economia solidária e sustentabilidade, entre outros.

O componente Ação Curricular de Extensão (ACE) em Gestão de Cooperativas, com caráter extensionista, tem também como proposta proporcionar que os/as discentes tenham contato e vivenciem a realidade das instituições parceiras ou grupos informais, articulando com os conteúdos trabalhados em sala. Através de uma vivência extensionista, pretende-se estimular uma aproximação com a realidade prática, possibilitando a compreensão dos desafios para o desenvolvimento da atividade profissional.

A proposta dos projetos integradores/articuladores do Curso de Gestão de Cooperativas é a promoção do aprendizado e que o/a discente, durante sua trajetória acadêmica, perceba a visão do todo da cooperativa (e das distintas organizações do associativismo e da economia solidária) e suas interações. Os projetos possibilitam o desenvolvimento de várias habilidades e competências profissionais nos/as alunos/as, ao ressaltar o conhecimento e a execução das atividades, de forma integrada e articuladora.

10.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO

As Atividades Complementares do Curso (ACC) são atividades formativas com um formato diferenciado em relação aos componentes curriculares, que permitem ao/à discente a complementação da sua formação através da participação em distintas atividades como projetos de pesquisa e extensão, realização de cursos, produção acadêmica, estágios extracurriculares e monitorias.

Conforme Artigo 90 da Resolução CONAC 004/2018 – Regulamento de Ensino de Graduação da UFRB, as ACC são requisito indispensável para integralização curricular. As ACC serão classificadas como: (a) Atividades de Ensino; (b) Atividades de Pesquisa; (c) Atividades de Extensão; (d) Representação estudantil; e (e) Outras atividades.

O/A discente terá flexibilidade e orientação para escolher as atividades mais relevantes para sua formação em função da sua principal área de interesse, promovendo também um perfil mais proativo dos/as estudantes em relação ao seu currículo formativo. Estas atividades têm por objetivo ampliar o conhecimento dos/as discentes permitindo o aprimoramento da sua formação científica, humanística, cultural, ética e cidadã.

As ACC serão obrigatórias para a integralização da carga horária total do/a discente na formação do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, conforme a Resolução CONAC 03/2019. Serão consideradas Atividades Complementares aquelas realizadas pelo/a discente após o seu ingresso na UFRB e terão a carga horária total mínima correspondendo a 70 (setenta) pontos. A carga horária atribuída pode ser cumprida pelo/a aluno/a durante todo o curso de graduação. Serão aceitas como Atividades Complementares, e suas respectivas equivalências, as dispostas no barema de ACC do curso.

O barema de ACC do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas (Quadro 01) contempla um conjunto de atividades complementares que valorizam as experiências dos/as alunos não apenas em atividades acadêmicas, mas, também, em ações junto às distintas organizações relacionadas com o cooperativismo, associativismo e economia solidária, incentivando uma trajetória mais ampla que enriqueça a formação profissional.

Quadro 01. Barema das Atividades Complementares de Curso

Atividade	Carga horária equivalente
Estágio extracurricular	40 horas por semestre (máximo 40 horas)
Monitoria acadêmica	10 horas por semestre (máximo 20 horas)
Participação em projeto de extensão	10 horas por semestre (máximo 20 horas)
Participação em projeto de pesquisa	10 horas por semestre (máximo 20 horas)
Participação em projeto da PROPAAE	10 horas por semestre (máximo 20 horas)
Participação em PIBIC/PIBEX/PIBIT	10 horas por semestre (máximo 20 horas)
Disciplina optativas extras	30 horas por disciplina (máximo 30 horas)
Visita técnica	02 horas por visita (máximo 10 horas)
Participação em Eventos	Carga horária máxima considerada
Local ou regional	01 hora por evento (máximo 12 horas)
Nacional	02 horas por evento (máximo 12 horas)
Internacional	03 horas por evento (máximo 12 horas)
Monitoria em evento	04 horas por evento (máximo 12 horas)
Participação em Cursos	Carga horária máxima considerada
Curso realizado até 8 horas	Própria carga horária do curso (máximo 20 horas)
Curso realizado acima de 8 horas	10 horas (máximo 20 horas)
Curso ministrado até 8 horas	Própria carga horária do curso (máximo 20 horas)
Curso ministrado acima de 8 horas	12 horas (máximo 24 horas)
Apresentação em Eventos	Carga horária máxima considerada
Apresentação Oral	03 horas por apresentação (máximo 12 horas)
Pôster	02 horas por apresentação (máximo 10 horas)
Palestrante	04 horas por apresentação (máximo 12 horas)
Participação em mesa redonda	04 horas por participação (máximo 12 horas)
Publicação de Trabalhos	Carga horária máxima considerada
Resumo	04 horas por publicação (máximo 20 horas)
Resumo expandido	07 horas por publicação (máximo 35 horas)
Trabalho completo	12 horas por publicação (máximo 36 horas)
Publicação em periódico indexado	30 horas por publicação (máximo 30 horas)
Autoria ou coautoria de livro	40 horas por publicação (máximo 40 horas)
Autoria ou coautoria de capítulo de livro	25 horas por publicação (máximo 25 horas)
Boletim ou texto técnico	20 horas por publicação (máximo 20 horas)
Organização e Participação em Grupos	Carga horária máxima considerada
Organização de eventos de até 2 dias	05 horas por evento (máximo 20 horas)
Organização de eventos de mais 2 dias	10 horas por evento (máximo 20 horas)
Grupos de estudo registrados	10 horas por semestre (máximo 20 horas)
Núcleo / Grupo de Pesquisa	02 horas por semestre (máximo 04 horas)
Grupo PET	10 horas por semestre (máximo 40 horas)
Empresa Junior	10 horas por semestre (máximo 20 horas)
Participação em conselhos ou diretorias de empreendimentos associativos	05 horas por semestre (máximo 20 horas)
Representante Estudantil	Carga horária máxima considerada
Conselho Superior e Câmaras, Conselho Setorial e Colegiados do Curso	05 horas por representação por semestre (máximo 10 horas)
Coletivo Acadêmico, DCE e UNE	05 horas por representação por semestre (máximo 10 horas)
Premiação	Carga horária equivalente
Premiação em áreas afins	10 horas por premiação recebida (máximo 20 horas)

10.4 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A extensão universitária do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB orienta-se pelo preceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 207 (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no Plano Nacional da Educação (2000), na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e, internamente, na Resolução CONAC 057/2022, que estabelece as normas para a prática da extensão na Universidade, e a Resolução CONAC 025/2021, que estabelece as normas para a curricularização da extensão.

Para a UFRB, a extensão universitária é “um processo educativo, artístico, cultural e científico que articulada ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e os demais setores da sociedade, orientada por princípios de dialogicidade e ética, favorecendo a interculturalidade e perspectivas pluriépistêmicas sobre os saberes” (Resolução CONAC 057/2022, artigo 2).

O conceito é revelador da sua contemporaneidade ao elucidar as suas várias dimensões da vida social e suas possibilidades de interações. Ele também é inovador ao rejeitar a condição da Universidade como salvadora e detentora do conhecimento único e propõe uma relação dialógica, de construção e transformação recíproca entre academia e sociedade. Convém ainda observar que a Universidade deixa de “estar fora” da sociedade e passa a integrá-la.

Segundo a Resolução CONAC 025/2021, que trata da regulamentação da Política de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da UFRB, a extensão deve ser prática obrigatória no currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, atentando-se para aspectos fundamentais de caracterização dessas ações, especialmente da interação com as atividades de ensino e de pesquisa. Cabe ressaltar o papel inegável da extensão como atividade acadêmica por possibilitar a formação cidadã, comprometida com a resolução dos problemas da sociedade sem deixar de lado a produção e a apropriação de novos conhecimentos e tecnologias.

As modalidades de ação extensionista contemplam muitas possibilidades, previstas na Política de Extensão da UFRB (Resolução CONAC 057/2022), a saber: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço, consultoria, publicações e outros produtos acadêmicos. Ainda assim, vale reafirmar o caráter educativo da extensão, o zelo por ações contínuas, processuais e idealizadoras de uma transformação estruturante no tempo e no espaço. Daí atribuir mais esforço para a estruturação de programas e projetos diretamente vinculados ao desenvolvimento territorial/local e que contemplem especialmente as populações menos favorecidas pelo sistema vigente.

No Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, a curricularização da extensão será realizada através de componentes curriculares obrigatórios, com a inserção de uma parte da carga horária destinada às atividades extensionistas, e através do componente curricular Ação Curricular de Extensão em Gestão de Cooperativas (ACE em Gestão de

Cooperativas). Esta atividade, de caráter eminentemente extensionista e com uma carga horária de 120 (cento e vinte) horas, tem como objetivo proporcionar o contato direto do/a discente com a realidade das organizações do seu campo de atuação profissional, possibilitando a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso. Através desses componentes, a inserção da extensão universitária no currículo do Curso atinge uma carga horária de 390 (trezentos e noventa horas) horas, o que equivale a 23% da carga horária total dos componentes curriculares.

Os componentes curriculares para fins de curricularização da extensão estão apresentados no Quadro 02.

Quadro 02. Componentes com carga horária de extensão

Componentes Curriculares	Carga Horária			
	T	P	Total	Ext
Aspectos Legais do Cooperativismo de Crédito	68	00	68	12
Comunicação e Marketing em Organizações Coletivas	51	00	51	17
Contabilidade em Sociedades Cooperativas	68	00	68	17
Cooperativismo II	51	00	51	10
Educação Cooperativista	51	00	51	17
Elaboração e Análise de Projetos Sociais	51	00	51	17
Finanças em Sociedades Cooperativas	68	00	68	17
Fundamentos Sócio-Antropológicos Aplicados ao Meio Rural	51	00	51	10
Gestão Comercial	68	00	68	17
Gestão da Produção	51	00	51	17
Gestão Estratégica de Custos	68	00	68	17
Legislação Cooperativista I	68	00	68	12
Legislação Cooperativista II	68	00	68	12
Logística	51	00	51	17
Modelos Organizacionais do Trabalho	51	00	51	17
Plano de Negócios para Cooperativas	51	00	51	17
Desenvolvimento e Políticas Públicas	51	00	51	10
Psicologia Aplicada à Gestão de Pessoas	68	00	68	17
ACE em Gestão de Cooperativas	00	120	120	120
Total (horas)				390

Buscando atender às diretrizes das atividades extensionistas na UFRB, o Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas pretende desenvolver o Programa Cooperativa Escola, cujo objetivo consiste em efetivar a curricularização da extensão no percurso formativo do/a discente com ênfase nas disciplinas direcionadas à área da gestão. Este programa envolverá todos os/as professores/as que atuam nas disciplinas obrigatórias relacionadas com a área de gestão, os/as estudantes, além das associações rurais, cooperativas e empreendimentos da economia solidária e suas organizações de representação que estabelecerem parceria com o Curso através de acordo de cooperação com a Universidade.

A Cooperativa Escola possibilitará que os/as discentes e professores/as sejam “cooperados/as”, portanto, formarão o quadro social para vivenciarem os desafios necessários para obter sucesso nas duas dimensões que caracterizam a sociedade cooperativa, ou seja, a social, com integração com a sociedade em seu entorno, e a econômica, com resultados positivos que possam assegurar os objetivos propostos. Neste

sentido, pretende-se ter viabilidade financeira através da captação de recursos com apoiadores e atividades de comercialização nas quais os/as estudantes estarão sendo capacitados/as na vivência prática dos conteúdos trabalhados nas disciplinas que abordam a gestão comercial e a viabilidade econômica dos empreendimentos.

Ademais, a Cooperativa Escola cumprirá todos os ritos exigidos na lei que orienta a criação e o funcionamento de uma cooperativa, inclusive com a assembleia de fundação, a aprovação do estatuto social, a eleição do Conselho de Administração e Fiscal e o regimento interno. Os órgãos deliberativos e consultivos da Cooperativa Escola terão obrigatoriamente a presença de discentes e docentes do Curso que terão mandatos definidos no estatuto devendo proceder aos ritos previstos na lei para a eleição dos novos membros quando findado o período estabelecido.

A inserção do/a estudante na Cooperativa Escola será a partir da matrícula nas disciplinas do Curso que disponibilizam carga horária para a curricularização da extensão e das atividades acordadas com as organizações parceiras que visam aliar o aprendizado teórico com a vivência prática. O Programa Cooperativa Escola oportuniza a vivência nas áreas de gestão, conforme Figura 01. A sede da Cooperativa Escola será a sala 11, do Pavilhão de Aulas 2, *campus* de Cruz das Almas.

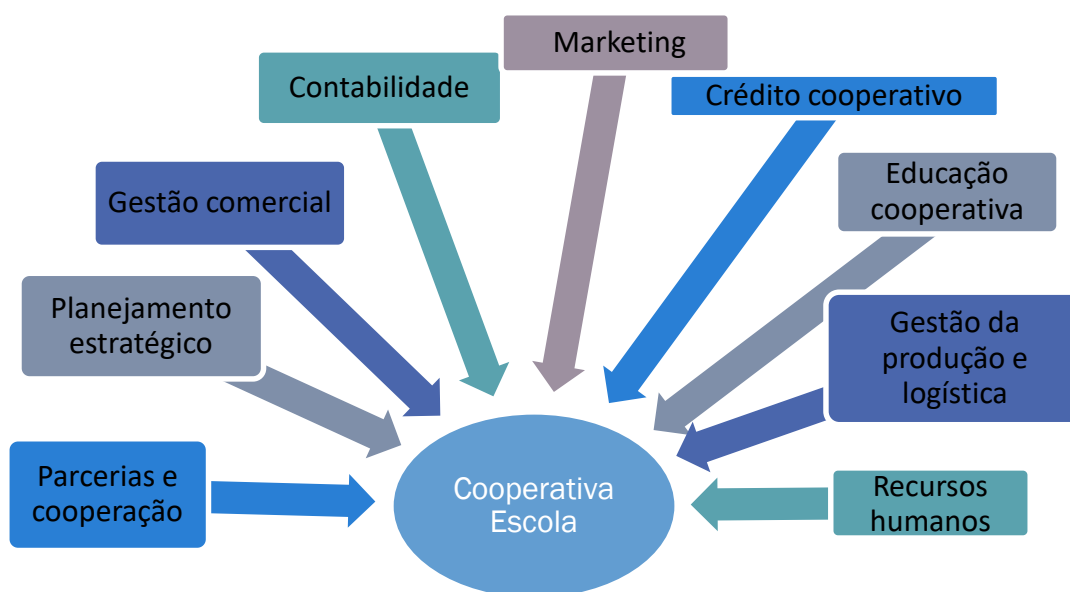


Figura 01. Esboço das ações iniciais do Programa Cooperativa Escola.

Esse Programa é inovador no Curso e assegura maior intercâmbio entre discentes, docentes e os empreendimentos que poderão ser os empregadores dos/as egressos/as. Além disso, inova no aspecto pedagógico, uma vez que todas as disciplinas que compõem o eixo de gestão do Curso estarão contempladas como setores de atuação da Cooperativa. Ademais, as entidades parceiras terão suas demandas incluídas no planejamento da Cooperativa Escola, no sentido de contribuir com a qualificação da

sua gestão, uma das grandes fragilidades diagnosticadas nas organizações da agricultura familiar e da economia solidária.

Para viabilizar a construção do programa e a implicação dos diferentes atores, um Grupo de Trabalho (GT) já foi constituído no âmbito do Curso para operacionalizar as ações necessárias à implementação da Cooperativa Escola concomitante à adoção do novo PPC.

10.5 ESTÁGIO CURRICULAR

O itinerário formativo no Curso de Gestão de Cooperativas da UFRB não preconiza a obrigatoriedade de realização de estágio pelos discentes, uma vez que outras estratégias foram concebidas para viabilizar a vivência dos/as discentes com seu campo de trabalho durante o Curso. Todavia os/as discentes que desejarem poderão realizar Estágio Não Obrigatório.

O Estágio Não Obrigatório do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, de acordo com as diretrizes da Resolução CONAC/UFRB 05/2019, segue as seguintes normas:

a) Natureza e Finalidade do Estágio Não Obrigatório

O Estágio Não Obrigatório é entendido como o ato educativo supervisionado, desenvolvido em um ambiente de trabalho, que proporcione experiência acadêmico-profissional e incentive atividades que propiciem a articulação entre teoria e prática, estabelecido na condição de atividade opcional à formação do discente.

b) Campo do Estágio Não Obrigatório

As atividades que constituem o Estágio Não Obrigatório deverão ser realizadas em unidades concedentes conforme a Resolução CONAC/UFRB nº 005/2019.

As unidades concedentes deverão ter convênio de estágio com a UFRB e estas podem ser pessoas jurídicas de direito privado, como, por exemplo, cooperativas, associações, empresas que ofereçam oportunidades de experiências vinculadas às competências necessárias à formação do(a) Gestor(a) de Cooperativas; órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, estados e municípios; instituições de pesquisa, ensino e extensão, públicas ou privadas; e profissionais liberais de notório saber na área de Gestão de Cooperativas.

A relação de convênios de estágio está disponível no sítio do setor de Convênios de Estágio vinculados à Coordenadoria de Projetos e Convênios da UFRB.

c) Supervisão/Orientação dos Estágios Não Obrigatórios e Carga horária correspondente à orientação docente e o número máximo de estagiários por orientador pedagógico

O Estágio Não Obrigatório poderá ser realizado a qualquer tempo, a partir da conclusão do segundo semestre letivo do Curso.

Para a realização do Estágio Não Obrigatório, o(a) estudante ou a coordenação do Curso deverá indicar um(a) orientador(a) que seja docente do Curso de Tecnologia em

Gestão de Cooperativas da UFRB e, juntamente com este(a), o(a) discente deverá definir o local de estágio. Cada professor(a) poderá orientar até 5 discentes por semestre, com carga horária de 1 hora semanal/orientado.

A Unidade Concedente do Estágio Não Obrigatório deverá definir um(a) supervisor(a), o qual fará a supervisão das atividades de estágio no local pretendido. A função de supervisor(a) deverá ser exercida por um profissional com formação na área do educando, caso contrário o mesmo deverá preencher e anexar Declaração de Experiência.

A operacionalização do Estágio Não Obrigatório é competência do CCAAB, por meio do Serviço de Intermediação de Estágios (SIAE), ao qual o(a) discente deverá recorrer para solicitar e preencher a documentação necessária para a formalização, bem como entregar os documentos após a conclusão do Estágio Não Obrigatório. Caberá ao SIAE manter o arquivo de toda a documentação de formalização e de conclusão dos estágios.

Conforme previsto na Resolução CONAC/UFRB nº 005/2019, a carga horária máxima permitida para realização do Estágio Não Obrigatório será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, contudo, nos períodos em que o aluno não tiver aula presencial programada, a carga horária máxima permitida será de até 40 (quarenta) horas semanais.

Antes de iniciar o Estágio Não Obrigatório, o(a) discente deverá entregar o termo de compromisso de estágio, preenchido e assinado, no qual deverá constar o Plano de Atividades a ser desenvolvido pelo(a) estagiário(a). Ao finalizar o Estágio Não Obrigatório, o(a) discente deverá entregar os relatórios e a frequência de estágio, todos de acordo com os modelos disponibilizados pelo Núcleo de Gestão de Estágio – NUGEST da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB e/ou pelo Serviço de Intermediação e Apoio aos Estágios do CCAAB.

d) Avaliação do Estágio Não Obrigatório

O discente que optar por realizar o Estágio Não Obrigatório terá seu desempenho avaliado a partir da análise, pelo Colegiado do Curso, da pertinência do estágio com relação à sua formação profissional, as condições do campo para a realização do estágio, o cumprimento das documentações exigidas (Termo de Compromisso, Relatório Final e Parcial), o acompanhamento pelo professor orientador e pelo supervisor vinculado à Unidade Concedente do Estágio Não Obrigatório e o cumprimento da carga horária estabelecida no Termo de Compromisso firmado.

Os Estágios Não Obrigatórios podem ser aproveitados como Atividades Complementares de Curso – ACC, sendo computadas 40 (quarenta) horas por semestre de Estágio Não Obrigatório, com o limite máximo de 40 (quarenta) horas na carga horária total exigida para ACC.

O Estágio Não Obrigatório não poderá ser realizado de forma remota.

e) Aproveitamento do Estágio Não Obrigatório em Mobilidade Acadêmica

Discentes que realizarem o Estágio Não Obrigatório em Mobilidade Acadêmica poderão solicitar o aproveitamento, desde que apresentem o termo de compromisso de estágio e os relatórios de estágio. Em ambas as situações a solicitação de aproveitamento deverá ser encaminhada ao Colegiado do Curso, que procederá a avaliação da solicitação.

f) Da atribuição do Professor Orientador

Com base no artigo 40 da Resolução CONAC 05/2019 são competências do professor Orientador do Estágio Não Obrigatório: avaliar as atividades previstas nos Planos de Estágios de forma a garantir o cumprimento da lei de estágio; orientar o discente na realização das atividades propostas para o estágio, na elaboração dos relatórios parciais e/ou finais, realizando reuniões com os discentes; avaliar o desempenho do discente, o cumprimento das atividades propostas e o relatório do estágio; realizar visitas aos locais de estágio, ocasião em que elaborará relatórios das atividades efetivamente desempenhadas pelo estagiário; e estabelecer, frequentemente, contato com o Colegiado do Curso informando sobre a situação dos campos de estágio e sua adequação.

g) Da atribuição da Unidade Concedente de Estágio Não Obrigatório

Com base no artigo 36 da Resolução CONAC 05/2019 compete à Unidade Concedente de Estágio Não Obrigatório: firmar o Termo de Compromisso de Estágio com o estagiário e a Instituição de Ensino; conceder bolsa e auxílio transporte ou contraprestação conforme legislação vigente para os estágios não obrigatórios; contratar seguro em nome do estagiário contra acidentes pessoais, no caso de estágio não obrigatório; disponibilizar funcionário, pertencente ao quadro de pessoal e com formação ou experiência na área correlata ao Curso para supervisionar as atividades de estágio; propor Plano de Estágio compatível com a área do Curso; zelar pela saúde física e mental do estagiário dentro da Unidade Concedente; apresentar ao estagiário as normas e procedimentos estabelecidos na Unidade Concedente; enviar à Instituição de Ensino, em prazo não superior a 6 (seis) meses, relatórios das atividades de estágio, com vista obrigatória do estagiário; ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional.

h) Da atribuição do estagiário

Conforme o artigo 42 da Resolução CONAC 05/2019 compete ao estagiário: assinar o Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório; assinar folha de frequência do estágio; cumprir os requisitos do Termo de compromisso de Estágio Não Obrigatório; cumprir o plano de atividades de estágio, observando horários, prazos e cronogramas; seguir normas e procedimentos instituídos pela Unidade Concedente; entregar à Instituição de Ensino, em prazo não superior a 6 (seis) meses, relatórios das atividades de estágio, os quais deverão ser obrigatoriamente visados pelo Supervisor da Unidade Concedente e pelo Professor Orientador da Instituição de Ensino; informar ao Professor Orientador, com antecedência, em caso de desligamento antecipado de estágio; informar à Instituição de Ensino qualquer irregularidade ocorrida durante a realização do estágio.

10.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em conformidade com a Resolução CONAC 04/2019, é atividade curricular obrigatória, indispensável para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, sendo destinado a contribuir, juntamente com outras atividades do projeto pedagógico, para pesquisa, desenvolvimento/aplicação de tecnologias pertinentes ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária pelo/a estudante.

O TCC em Gestão de Cooperativas é definido como produção individual de caráter científico com cunho acadêmico ou tecnológico, sobre tema específico decorrente de pesquisa teórico-empírica relacionada a um dos eixos temáticos de TCC propostos pelo Colegiado que deverão ser de conhecimento do estudante desde o início de seu Curso.

São modalidades de TCC do Curso a serem escolhidas pelo estudante de acordo com seu perfil e viabilidade, em comum acordo com o orientador: I) Monografia resultante de pesquisa teórica ou teórico-empírica; II) Artigo científico resultante de pesquisa; III) Produtos tecnológicos desenvolvidos a partir de pesquisa, atividade de extensão ou vivência de estágio teórico-empíricas. Os produtos tecnológicos podem assumir distintas modalidades.

O TCC será realizado em dois semestres, sendo o TCC I componente obrigatório em que o/a aluno será direcionado para a elaboração do seu projeto. Ao final do semestre, o/a discente deve ter o seu projeto aprovado pelo/a professor/a responsável pela Disciplina e pelo/a professor/a orientador/a. O TCC II é uma atividade curricular em que o/a aluno/a desenvolve o seu projeto e o acompanhamento é feito pelo/a professor/a orientador/a.

O/A estudante deverá apresentar seu TCC em conformidade com o cronograma aprovado e divulgado pelo Colegiado do Curso, no início de cada semestre. A nota final do TCC será calculada pela média aritmética das notas atribuídas por cada membro da banca.

O detalhamento das normas de TCC do Curso, em conformidade com a Resolução CONAC 04/2019, é apresentado no item 10.6.1.

10.6.1 Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas

I. Este regulamento normatiza as atividades para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente curricular do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas (TGC), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Rege-se pelas normas e diretrizes pertinentes à Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia; ao Catálogo

Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia de 2010; à Resolução CONAC/UFRB nº 004/2019, que regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação - TCC da UFRB.

II. O TCC do Curso Superior de TGC é atividade curricular obrigatória, indispensável para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, sendo destinado a contribuir, juntamente com outras atividades do projeto pedagógico, para pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologias pertinentes ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária pelo/a estudante.

III. São objetivos do TCC do Curso Superior de TGC:

- Propiciar a articulação teórico-prática, a partir dos fundamentos oferecidos nos componentes curriculares do Curso com realidades empíricas aplicadas ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária;
- Estimular o desenvolvimento da capacidade investigativa do estudante como forma de compreensão e solução de problemas no campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária;
- Contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de gestão aplicadas ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária que possam ser propostas, testadas e/ou (re)aplicadas.

IV. O TCC do Curso Superior de TGC é definido como produção individual de caráter acadêmico ou tecnológico, sobre tema específico decorrente de pesquisa teórico-empírica relacionada a um dos eixos temáticos de TCC propostos pelo Colegiado do Curso que deverão ser de conhecimento do/a estudante desde o início de seu Curso.

V. São modalidades de TCC do Curso Superior de TGC a serem escolhidas pelo/a estudante de acordo com seu perfil e viabilidade, em comum acordo com o/a orientador/a:

- Monografia resultante de pesquisa teórica ou teórico-empírica;
- Artigo científico e/ou tecnológico resultante de pesquisa;
- Produtos tecnológicos desenvolvidos a partir de pesquisa, projeto de extensão e/ou vivência de estágio e que resultem em:
 - a) Caso de ensino: narrativa de uma situação ou problema pertinente à gestão aplicada ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária, que requer decisões a respeito, relatando fatos e situações vividas pelo/a estudante durante uma vivência/intervenção. Deve conter ao final resumo do caso, objetivos de aprendizagem, questões para discussão de acordo com os objetivos e alternativas para análise do caso;
 - b) Relatório de diagnóstico ou avaliação ou intervenção: trata-se de relatório de pesquisa de campo, quantitativa e/ou qualitativa, sobre determinada problemática ou para definição de cenários, processos de formulação, implementação ou resultados relativos à determinado processo de gestão, proposta de intervenção elaborada sob a forma de plano de ação, consultoria, assessoria ou capacitação desenvolvidas no âmbito da gestão aplicada ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária;

- c) Plano de negócio: documento contendo o resultado de processo de planejamento estratégico organizacional, planejamento de *marketing*, planejamento de mobilização de recursos;
- d) Guia, manual ou orientações técnicas e cartilha: documento contendo orientações técnicas sobre determinado instrumento, técnica ou ferramenta da gestão aplicada ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária;
- e) Projeto de lei: propostas de projetos de lei para construção ou alteração de alguma questão específica que possa contribuir para a melhoria da gestão aplicada ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária;
- f) Relato de experiência: descrição de uma experiência vivida que possa contribuir para a construção de conhecimento na área; deve conter reflexões sobre a realidade vivenciada, apoiada em elementos teóricos.
- g) Outros formatos tecnológicos: produtos a exemplo de portfólios, sítio na *internet*, filmes de curta e média metragem, *podcast*, plano de *marketing*, contendo argumento sobre tema/problema relacionado à gestão aplicada ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária, *softwares* que tragam soluções tecnológicas para a gestão, entre outros.

As pesquisas podem ser resultantes de projetos de iniciação científica/tecnológica, atividades de extensão e/ou experiências de estágio.

No caso do desenvolvimento de produtos tecnológicos serão avaliados, prioritariamente, a concepção do conteúdo e adequação da linguagem proposta para os materiais, devendo ser apresentadas as especificações técnicas e orçamento para contratação de especialistas que os desenvolvam quando for o caso. Ressalta-se que o desenvolvimento do produto tecnológico não implicará em nenhum tipo de ônus para a UFRB. Além das especificações contidas neste regulamento, cabe ao/à professor/a orientador/a e ao/à estudante definir os parâmetros para o desenvolvimento dos produtos.

VI. Os produtos tecnológicos devem apresentar uma nota técnica sobre o produto relatando como ocorreu o processo de seu desenvolvimento, relacionando os fatos aos conceitos e abordagens teórico-metodológicas utilizadas. Trata-se de um relato reflexivo contendo:

- Resumo e 03 (três) a 05 (cinco) palavras-chave;
- Justificativas pessoais e técnicas para o desenvolvimento do produto;
- Objetivos geral e específicos;
- Problema que pretende resolver/minimizar;
- Principais conceitos e abordagens teóricas que fundamentaram o desenvolvimento do produto;
- Detalhamento do método utilizado para o desenvolvimento do produto;
- Público-alvo a quem se destina o produto;
- *Status* de desenvolvimento e/ou implementação do produto;
- Limitações no processo de desenvolvimento do produto e soluções encontradas;
- Resultados esperados com a aplicação do produto;

- Especificações técnicas e orçamento para contratação de especialistas quando for o caso;
- Referências.

VII. A produção textual referente à nota técnica deverá obedecer às normas técnicas vigentes para efeito de divulgação de trabalhos científicos conforme normativos da ABNT (NBR 14724, NBR 6023, NBR 10520), observando as seguintes diretrizes:

- Mínimo de 10 (dez) páginas e máximo de 20 (vinte) páginas, desconsiderando os elementos pré e pós-textuais;
- Conter capa, contracapa, folha de rosto como elementos pré-textuais obrigatórios;
- Fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12 pontos;
- Resumo em português, com até 300 (trezentas) palavras, espaçamento simples, Fonte Times New Roman ou Arial tamanho 10 ou 11 pontos, justificado, em parágrafo único;
- Tabelas, gráficos e figuras numeradas e inseridas no corpo do texto;
- Tamanho da página A4, com espaçamento entre linhas 1,5; margens superior e esquerda com 3,0 cm, inferior e direita com 2,0 cm;
- Numeração de páginas em rodapé, à direita, exceto na primeira página.

Os produtos tecnológicos que tenham formatos dissertativos não precisam apresentar nota técnica (caso de ensino, relatório de diagnóstico, relato de experiência, plano de negócio).

No caso do projeto de lei, deve ser seguido o modelo constante na página da Câmara dos Deputados (Parlamento Jovem Brasileiro), disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/como-escrever-seu-projeto/dica-3-como-estruturar-seu-projeto-de-lei>.

VIII. A produção textual referente à monografia deverá obedecer às normas técnicas vigentes para efeito de divulgação de trabalhos científicos conforme normativos da ABNT (NBR 14724, NBR 6023, NBR 10520), observando as seguintes diretrizes:

- Mínimo de 40 (quarenta) páginas, desconsiderando os elementos pré e pós-textuais;
- Conter capa, contracapa, folha de rosto como elementos pré-textuais obrigatórios;
- Fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12 pontos;
- Deve conter resumo, palavras-chave (entre três e cinco), sumário, introdução, desenvolvimento e conclusão, e referências bibliográficas;
- O resumo (em português e inglês) deve ter até 500 palavras, espaçamento simples, Fonte Times New Roman ou Arial tamanho 10 ou 11 pontos, justificado, em parágrafo único;
- Tabelas, gráficos e figuras numeradas e inseridas no corpo do texto;
- Tamanho da página A4, com espaçamento entre linhas 1,5; margens superior e esquerda com 3,0 cm, inferior e direita com 2,0 cm;

- Epígrafe, agradecimentos, lista de tabelas, abreviações e figuras como elementos pré-textuais opcionais, e apêndices e anexos, como elementos pós-textuais opcionais;
- Numeração de páginas em rodapé, à direita, exceto na primeira página.

IX. A produção textual referente ao artigo deverá obedecer às normas técnicas vigentes para efeito de divulgação de trabalhos científicos conforme normativos da ABNT (NBR 14724, NBR 6023, NBR 10520), observando as seguintes diretrizes:

- Mínimo de 15 (quinze) páginas e máximo de 25 (vinte e cinco) páginas, desconsiderando os elementos pré e pós-textuais;
- Conter capa, contracapa, folha de rosto como elementos pré-textuais obrigatórios;
- Fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12 pontos;
- Deve conter resumo, palavras-chave (entre três e cinco), introdução, desenvolvimento e conclusão, e referências bibliográficas;
- O resumo (em português e inglês) deve ter até 500 palavras, espaçamento simples, Fonte Times New Roman ou Arial tamanho 10 ou 11 pontos, justificado, em parágrafo único;
- Tabelas, gráficos e figuras numeradas e inseridas no corpo do texto;
- Tamanho da página A4, com espaçamento entre linhas 1,5; margens superior e esquerda com 3,0 cm, inferior e direita com 2,0 cm;
- Numeração de páginas em rodapé, à direita, exceto na primeira página.

O Colegiado de Curso disponibilizará um modelo com as orientações básicas das formatações para cada uma das modalidades.

X. O TCC será realizado em dois semestres: Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologia em Gestão de Cooperativas I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologia em Gestão de Cooperativas (TCC II).

O TCC I é um componente obrigatório, ofertado no 5º semestre do Curso, em que o aluno será direcionado para a elaboração do seu projeto. Ao final do semestre, o discente deve ter o seu projeto aprovado pelo/a professor/a responsável pela Disciplina e pelo/a professor/a orientador/a.

O componente curricular que subsidia o TCC compreende as atividades de orientação, acompanhamento e avaliação do trabalho com envolvimento do/a professor/a orientador, seguindo as regras deste Regulamento.

O TCC II é uma atividade curricular em que o/a discente/a desenvolve o seu projeto e o acompanhamento é feito pelo/a professor/a orientador/a, de acordo com as normas de TCC do Curso.

XI. Cabe ao Colegiado promover o levantamento semestral da capacidade de orientação e área de interesse dos/as docentes efetivos/as da UFRB aptos/as a orientarem TCC no Curso. O resultado desse levantamento, incluindo o número de vagas disponíveis para orientação por professor/a, eixos e temas que pode orientar, deverá ser divulgado aos/as estudantes no início do componente curricular TCC I.

XII. Após acesso a tal levantamento, o/a estudante deve selecionar seu/sua possível orientador/a, a partir do interesse nas áreas temáticas para o desenvolvimento do trabalho (monografia, artigo ou produto tecnológico).

A aprovação na Disciplina de TCC I está condicionada à aprovação do projeto pelo/a professor/a da Disciplina e pelo/a orientador/a.

Em nenhuma hipótese serão permitidos orientadores/as que não componham o quadro efetivo da UFRB. É desejável que a orientação seja realizada pelos/as docentes com atuação e aderência ao Curso Superior de TGC.

O/A orientador/a poderá solicitar seu afastamento da orientação, a qualquer momento, desde que os motivos sejam devidamente fundamentados e encaminhados em comunicação escrita ao Colegiado do Curso Superior de TGC para apreciação.

XIII. O/A estudante pode solicitar mudança de orientador/a mediante encaminhamento de solicitação devidamente justificada contendo anuência do/a orientador/a acompanhada de carta de aceite do/a orientador/a substituto/a. Tal documentação será apreciada pelo Colegiado do Curso Superior de TGC.

Em caso de conflito entre as partes na mudança de orientação, o Colegiado do Curso Superior de TGC deverá deliberar sobre a indicação de novo/a orientador/a.

No caso de afastamento temporário do/a professor/a orientador/a por período que possa comprometer a conclusão do TCC, este deverá indicar e solicitar substituto ao Colegiado do Curso Superior de TGC em comum acordo com o/a orientando/a e o/a professor/a que aceite diretamente a incumbência.

XIV. Caso desejável e necessário, é possível a escolha de coorientador que pode estar vinculado a UFRB e/ou outras instituições de ensino, órgãos ligados ao campo do cooperativismo, associativismo e/ou economia solidária ou organizações da sociedade civil que demonstrem notória atuação e domínio do conteúdo na área do objeto do TCC.

A coorientação deverá ser informada no projeto de TCC com aprovação do/a orientador/a ou posteriormente, mediante comunicação encaminhada pelo/a professor/a do TCC, devendo ser encaminhada carta de aceite de coorientação (modelo que deverá estar disponível no sítio eletrônico do Curso Superior de TGC ou Turma Virtual do componente curricular TCC no SIGAA), declarando não acarretar ônus para a UFRB.

XV. Cada professor/a poderá orientar, simultaneamente, até 05 (cinco) TCC por semestre letivo, excluindo-se as coorientações.

Excepcionalmente, o/a professor/a que já esteja com 05 (cinco) orientações poderá solicitar a aprovação do Colegiado do Curso Superior de TGC para novas orientações, mediante justificativa e comprovando a sua disponibilidade para tal.

XVI. O cronograma semestral do processo de desenvolvimento e avaliação do TCC deverá ser elaborado por uma Comissão de TCC eleita pelo Colegiado do Curso Superior de TGC.

A Comissão de TCC deverá ser formada por 02 (dois/duas) professores/as efetivos/as, além do/a professor/a do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, indicados/as ou eleitos/as pelo Colegiado.

Cabe à Comissão de TCC a interlocução entre orientandos/as, orientadores/as e Colegiado do Curso Superior de TGC, tendo as suas atribuições definidas na Seção 4 deste Regulamento.

XVII. O/A estudante deverá apresentar seu TCC em conformidade com o cronograma aprovado e divulgado pelo Colegiado do Curso Superior de TGC, no início de cada semestre.

XVIII. A aprovação em TCC está condicionada à entrega e à apresentação do produto final em defesa pública no Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da UFRB, com banca composta pelo/a orientador/a mais dois/duas avaliadores/as.

XIX. Cabe ao/à orientador/a decidir pela habilitação ou não do produto final do TCC para encaminhamento para banca avaliadora.

XX. A banca deverá ser convidada e indicada pelo/a orientador/a, devendo ser composta pelo/a próprio/a orientador/a, em diálogo com o/a seu/sua orientando/a, preferencialmente um/a professor/a efetivo/a ou temporário/a vinculado/a ao Curso Superior de TGC e outro membro, preferencialmente externo ao Curso.

Entende-se como membro externo ao Curso Superior de TGC professores/as da UFRB atuantes em outros cursos, professores/as atuantes em outras instituições de ensino, gestores/as vinculados/as a associações, cooperativas e/ou outros empreendimentos econômicos solidários, gestores/as de órgãos públicos estatais ou de organizações da sociedade civil que tenham notório saber na área.

O convite e a participação de membros externos não poderá implicar ônus para a UFRB.

Em caso de desistência ou impedimento de um membro titular para participar da banca, cabe ao/à orientador/a convidar o suplente designado que passará a ser titular.

O/A orientador/a deverá submeter ao Colegiado do Curso formulário próprio contendo a data e o horário para realização da banca, bem como sua composição contendo os membros titulares, seguindo os mesmos critérios.

A reunião na qual deverão ser analisadas e validadas as bancas pelo Colegiado do Curso Superior de TGC deverá constar no cronograma semestral de TCC, bem como o período de referência para a realização das defesas públicas.

A defesa pública do TCC deverá ser divulgada pelo Colegiado de Curso contendo: título do trabalho; nome do estudante; composição da banca; data; hora e local em que ocorrerá a apresentação oral.

XXI. Durante a sessão de defesa pública, o tempo da apresentação oral pelo/a estudante será de, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) minutos, seguido de arguição de,

no máximo, 30 (trinta) minutos para cada membro convidado manifestar opiniões e questionamentos.

Após a apresentação oral, o estudante deverá responder aos questionamentos feitos durante a arguição. Não cabe arguição ou questionamentos ao/à estudante pelo/a orientador/a.

Concluída a apresentação, a banca se reunirá, reservadamente, para deliberar sobre a avaliação do/a estudante e o resultado final deverá ser divulgado por meio da leitura pública da ata de defesa, imediatamente após a deliberação.

A banca utilizará um barema, aprovado pelo Colegiado do Curso Superior de TGC de acordo com a modalidade do TCC para avaliação do trabalho final apresentado, que deverá ser preenchido por cada membro da banca.

A sessão de defesa pública deverá ser presidida pelo/a orientador/a que deve fazer a abertura, possíveis comentários após a arguição e respostas do/a estudante e fechamento da apresentação com a leitura da ata de defesa que deve ser lavrada e encaminhada, juntamente com todos os demais documentos de avaliação, para o Colegiado do Curso.

A banca poderá ser realizada no formato remoto ou semipresencial, desde que seja justificado pelo/a orientador/a e aprovado pelo Colegiado. A realização da banca remota ou semipresencial justifica-se, principalmente, para facilitar a participação de membros externos, sem ônus para a instituição.

XXII. A nota final do TCC será calculada pela média aritmética das notas atribuídas por cada membro da banca.

Em caso de monografia, artigo e produto tecnológico dissertativo, o trabalho escrito valerá nota máxima 6,0 (seis) e apresentação oral 4,0 (quatro), totalizando a nota máxima 10,0 (dez).

Em caso de produto tecnológico com nota técnica, o produto em si valerá no máximo 4,0 (quatro), a nota técnica 3,0 (três) e a apresentação oral 3,0 (três), totalizando a nota máxima 10,0 (dez).

XXIII. Os/As alunos/as que obtiverem nota igual ou superior a 6,0 (seis) estarão aprovados. Caso a banca proceda a recomendação de ajustes, estes deverão ser realizados no prazo estabelecido no calendário de atividades de TCC e o aluno deverá entregar o trabalho ajustado para seu/sua orientador/a para conferência. Alunos/as com nota inferior a 6,0 (seis) ou que não tiverem feitos os ajustes solicitados no prazo estarão reprovados/as.

XXIV. Os resultados do TCC decididos pela banca são finais, não cabendo, em nenhuma hipótese, recursos relacionados à decisão e à revisão das notas atribuídas.

XXV. A versão final do TCC deverá ser encaminhada no prazo determinado no calendário de atividades de TCC de acordo com as orientações da Resolução CONAC 004/2019 para posterior encaminhamento para a Biblioteca Central da UFRB esclarecendo que:

A mídia de suporte com o arquivo do trabalho deverá estar acondicionada em envelope ou caixa de proteção, contendo na capa os elementos exigidos nas instruções para depósito dos TCC divulgados pelo Colegiado.

A versão final deve incluir possíveis ajustes de forma e conteúdo sugeridos pela banca com o aval do/a orientador/a antes de ser entregue ao Colegiado do Curso Superior de TGC.

No caso dos produtos, deve-se deixar, além do produto e nota em versão digital em CD ou DVD, quando for o caso, o produto original na forma que for conveniente. Nos casos de produtos audiovisuais devem ser gravados e entregues em DVD em formato compatível.

Conforme Resolução CONAC 04/2019, o/a discente deverá encaminhar 02 (duas) cópias do trabalho final em mídia digital (em formato pdf) devidamente assinada pela banca e pelo/a professor/a orientador/a para registro no Colegiado de Curso e 01 (uma) mídia deverá ser encaminhada para a Biblioteca do Centro sede do Curso, acompanhada do termo de autorização para publicação digital na Biblioteca Digital de Trabalho de Conclusão de Curso (www.repositoriodigital.ufrb.edu.br).

XXVI. Acompanhado da versão final do TCC o aluno também deverá entregar ao Colegiado do Curso o Termo de Autorização para Publicação Digital no modelo disponibilizado pela Biblioteca da UFRB.

XXVII. A não entrega do trabalho escrito no prazo final estabelecido no calendário de atividades de TCC implicará na reprovação do TCC.

Em casos de força maior, a justificativa para o atraso na entrega da versão final poderá ser encaminhada para o Colegiado do Curso Superior de TGC que julgará a pertinência e definirá os encaminhamentos necessários.

XXVIII. Ao Colegiado do Curso Superior de TGC compete:

- Homologar o nome do/a professor/a orientador/a (e do/a coorientador/a, quando for o caso) indicado/a pelo/a estudante, em formulário próprio, e o plano de TCC;
- Providenciar encaminhamento à Biblioteca Central da UFRB das cópias dos TCC aprovados;
- Definir os eixos de pesquisa e temas de interesse dos/as docentes, apresentando semestralmente a relação dos/as professores/as da UFRB que podem orientar os TCC, seus respectivos eixos de atuação, temas de pesquisa e tipos de trabalho que orientam;
- Certificar a participação dos integrantes das bancas de avaliação do trabalho de conclusão de curso.
- Publicar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, divulgação da composição das bancas de TCC;
- Coordenar as atividades de orientação e avaliação dos TCC produzidos pelos/as alunos/as;
- Organizar as defesas de TCC.
- Definir calendário do desenvolvimento do TCC e para a realização das defesas TCC.

XXIX. Ao professor responsável pelo componente curricular TCC I compete:

- Estabelecer as atividades de desenvolvimento do TCC ao longo do semestre e o cronograma para apresentação do projeto.
- Apresentar o regulamento do TCC do Curso.
- Encaminhar, ao final do TCC I, toda a documentação relativa às orientações ao Colegiado do Curso Superior de TGC.

XXX. À Comissão de TCC do Curso Superior de TGC compete:

- Elaborar o calendário das atividades necessárias ao desenvolvimento do TCC I e submeter para aprovação do Colegiado;
- Avaliar e emitir parecer acerca das propostas de TCC.

XXXI. Ao/À professor/a orientador/a compete:

- Assinar o formulário específico, aceitando a orientação;
- Colaborar com o/a aluno/a na definição do tema de TCC;
- Avaliar a viabilidade do projeto de TCC, verificando a disponibilidade de material bibliográfico sobre o assunto;
- Aprovar a proposta de TCC;
- Indicar fontes bibliográficas para consulta, inclusive acompanhar e orientar o aluno na execução do trabalho;
- Avaliar cada etapa do desenvolvimento do TCC, fazendo intervenções sobre o conteúdo, normas técnicas de apresentação e redação do texto;
- Presidir a banca final de avaliação do TCC, ficando responsável pelas assinaturas nos documentos de avaliação e ata, bem como da autorização, pelo/a aluno/a, para divulgação do seu trabalho;
- Encaminhar ao Colegiado a ata, os baremas de avaliação e o parecer da banca.
- Manter o currículo lattes atualizado com as respectivas orientações em curso e concluídas.

XXXII. A qualquer momento, independente das notas já atribuídas e do *status* de conclusão do curso, será reprovado o TCC em que for comprovado fraude, plágio ou utilização de meio ilícito para sua execução.

XXXIII. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso Superior de TGC, ouvidos os/as professores integrantes da Comissão de TCC, o/a professor/a orientador/a e o/a aluno/a.

10.7 METODOLOGIA

O Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas é pautado em uma abordagem multidisciplinar, buscando um processo de ensino-aprendizagem que integre vários conhecimentos e experiências com o objetivo de uma formação ampla e condizente com a realidade diversa e plural dos empreendimentos associativos e cooperativos. Nessa perspectiva, parte-se do princípio de que a formação profissional deve associar a teoria e a prática, estimulando habilidades e competências não apenas técnicas, mas, também, social e politicamente responsáveis.

Busca-se promover atividades interdisciplinares que estimulem a interdependência dos componentes curriculares, em um projeto pedagógico coeso com os objetivos do Curso. A metodologia de ensino, condizente com as diretrizes institucionais, deve buscar fortalecer a articulação com a extensão e a pesquisa, através de projetos e ações que integrem essas atividades.

Através das distintas atividades que compõem o Projeto Pedagógico do Curso, articuladas com o ensino, pretende-se assegurar a vivência do aprendizado teórico, oferecendo uma formação profissional articulada com as demandas da sua área de atuação, além de comprometida com os desafios das iniciativas vinculadas ao associativismo, cooperativismo e economia solidária.

Nessa indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa, o Programa Cooperativa Escola configura-se como uma estratégia central do Curso para oportunizar a articulação entre teoria e prática e possibilitar a atuação com as organizações da sociedade civil. Em outra direção, o produto tecnológico, como um dos formatos do Trabalho de Conclusão de Curso, é um exemplo da possibilidade de uma interação mais estreita com as organizações da área, oportunizando o desenvolvimento de tecnologias de gestão aplicadas ao campo do cooperativismo, associativismo e economia solidária que possam ser propostas, testadas e/ou (re)aplicadas pelas organizações.

De forma transversal, o Projeto Pedagógico do Curso é baseado em uma abordagem participativa, com conteúdos e atividades que valorizem a proatividade e o espírito crítico do/a discente. Em uma perspectiva freiriana, a metodologia deve priorizar práticas dialógicas, pautadas na articulação de saberes e na *práxis*. Nesse contexto, insere-se também o diálogo com as organizações da área, em uma “escuta” constante que permita uma relação universidade-comunidade de troca de saberes e compartilhamento de ideias e experiências. Pela própria natureza do Curso, essa relação é primordial para a formação de profissionais mais engajados com a transformação da sua realidade. A metodologia do Curso precisa ter consistência nos seus princípios e valores metodológicos, articulados com os ideais cooperativistas, mas, também, incorporar a flexibilidade de criação de novas abordagens e de aprimoramento de técnicas que respondam às constantes mudanças no cenário das organizações.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são ferramentas de apoio e estratégias importantes no desenvolvimento das metodologias de ensino-aprendizagem, proporcionando acessibilidade digital e comunicacional. Alguns componentes curriculares incluem um percentual de carga horária de Ensino à Distância

(EaD) que podem ser utilizadas de forma mais aberta pelo/a docente, possibilitando não apenas a introdução de novas práticas, mas, também, a articulação com outras instituições de ensino e pesquisa com a realização de atividades conjuntas de formação. No conjunto do projeto pedagógico, está previsto um total de 103 (cento e três) horas de EaD, o que corresponde a 6% da carga horária total do Curso.

A oferta desta carga horária de atividades EaD ocorrerá em alinhamento com o que preconiza a Portaria Nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) e a Resolução CONAC nº 33/2017, que dispõe sobre regulamentação da oferta de atividades didáticas na modalidade a distância nos componentes curriculares de cursos da UFRB. Os componentes curriculares com carga horária EaD devem conter no seu plano de ensino os métodos e práticas de ensino-aprendizagem que serão utilizadas através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com detalhamento das atividades planejadas, privilegiando ferramentas já disponíveis na instituição.

Os métodos e práticas de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares devem estar pautados nos princípios do modelo pedagógico da UFRB, colocando o/a discente no centro do processo de aprendizagem, como indivíduo ativo, ou seja, um processo de aprendizagem de natureza humanista e que promova autonomia. Buscará desenvolver práticas construtivas, colaborativas e investigativas, proporcionando a construção do conhecimento através de diferentes níveis de interação e colaboração, com trilhas de aprendizagem claras e alinhadas à realidade. Acrescenta-se, ainda, a importância do atendimento aos princípios de flexibilidade e inclusão digital, também preconizados pela UFRB.

11. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A proposta pedagógica que orienta o curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas preza por um processo de ensino e aprendizagem contínuo e cumulativo, sendo o/a discente sujeito ativo neste contexto. Neste sentido, há um compromisso com a prática formativa e avaliativa que estimule a autonomia dos(as) educadores(as) e educandos(as) do Curso como sujeitos transformadores da realidade (FREIRE, 1996). Esse percurso está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2030) e ao Regimento de Ensino de Graduação de 2018, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A avaliação de ensino e aprendizagem é parte do processo formativo, e a Universidade elenca como princípios uma formação humanística; cidadã e inclusiva; científica, política, ética, crítica e estética; que proporcione a construção da própria identidade; técnica e capaz de gerar conhecimentos e tecnologias para a área de formação; que respeite à diversidade e à pluralidade cultural; que preconize o desenvolvimento socioambiental, com respeito ao bem-estar social e à qualidade de vida das atuais e futuras gerações; que se sustente no “aprender a aprender”; e que seja comprometida com a

geração de tecnologias para o desenvolvimento dos territórios de identidade do Recôncavo da Bahia, Vale do Jiquiriçá e Portal do Sertão.

Para a consolidação destes princípios formativos, o Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas segue o que a UFRB estabelece em seu REG, em relação à avaliação da aprendizagem e critérios para aprovação (Seção XI). A avaliação deve ser realizada em duas etapas, as quais são: avaliação formativa e avaliação somativa. A avaliação formativa caracteriza-se pela análise do conhecimento prévio do/a discente, bem como de suas habilidades, visando a identificação de lacunas e a construção de estratégias de acompanhamento e orientação contínua. Enquanto a avaliação somativa trata-se de uma avaliação pontual do processo de aprendizagem, sendo realizada periodicamente direcionada para identificar o nível de compreensão dos objetivos preestabelecidos e análise dos resultados alcançados.

Em termos práticos, cada componente curricular, ao longo do período letivo, deverá realizar, no mínimo, duas atividades avaliativas. Estas definições metodológicas e de avaliação do processo de ensino aprendizagem serão contempladas no plano de curso dos componentes curriculares, devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas e apresentado aos(as) discentes no início do período letivo. Para aprovação no componente curricular, o(a) discente deverá ter frequência igual ou superior a 75% das aulas e demais atividades acadêmicas previstas no componente e média igual ou superior a 6,0 (seis) nas atividades avaliativas realizadas. As avaliações podem ser realizadas de forma presencial ou à distância, privilegiando os aspectos qualitativos, adotando-se distintos procedimentos de avaliação tais como provas escritas e orais, trabalhos de campo, seminários, estudos dirigidos etc.

O desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem contínuo e cumulativo, baseado nos princípios elencados acima, através da interação construtiva do(a) educador(a) e educando(a), culminará em um(a) profissional proativo(a), humano, com visão sistêmica e estratégica, capaz de dialogar com as especificidades locais onde estará inserido.

12. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO AO DISCENTE

O Curso de Gestão de Cooperativas acompanha o processo pedagógico dos/as discentes através da sua Coordenação, desenvolvendo ações que aproximem professores/as e alunos/as, através de projetos desenvolvidos junto ao Coletivo Acadêmico de Gestão de Cooperativas (CAC), à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) e à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

Juntamente com o CAC, a Coordenação do Curso realiza no início de cada ano letivo a Semana de Integração dos alunos. A atividade tem como objetivos: a) realizar a integração entre calouros e veteranos; b) orientar os/as discentes ingressantes sobre as competências a serem adquiridas, sobre a carreira que o Curso propõe e as possibilidades de inserção ofertadas atualmente pelo mercado; e c) orientar as expectativas quanto às possibilidades de afiliação institucional e interpessoal com os demais membros da comunidade acadêmica, principalmente professores/as e colegas discentes.

A Semana de Integração do Curso é composta por um conjunto de palestras oferecidas aos calouros, dentro de uma temática relevante sobre cooperativismo, associativismo ou economia solidária que será o foco do debate. As palestras são realizadas no horário de suas aulas durante a primeira semana letiva, com conteúdo diversificado, abordando sobre: a) as características do Curso, as suas exigências e o que ele oferece; b) informações necessárias referentes aos processos acadêmicos de interesse do/a discente e c) atividades de natureza vivencial e artístico-cultural. Esse evento está articulado com o “Reencôncavo”, ação realizada pela UFRB no início de cada semestre voltada para a recepção dos/as estudantes, especialmente os/as calouras, e para a integração da comunidade acadêmica. O “Reencôncavo” tem uma programação específica definida por cada Centro de Ensino.

No ingresso do/a discente, é estabelecida a tutoria de um/a professor do Curso, cujo papel é acompanhar a trajetória do/a discente com uma orientação sobre as atividades a serem desenvolvidas e a vida acadêmica. O Colegiado estabelece critérios gerais para o acompanhamento semestral desse/as discentes e são realizadas reuniões com todos/as os/as professores/as no início e no final do semestre para acompanhamento.

Para além destas ações, a Coordenação, em conjunto com o NDE, realiza reuniões semestrais com os/as professores/as do Curso e com os/as representantes do CAC para discutir metodologias, rever práticas de ensino, avaliar conteúdos, procedendo as alterações, quando necessário, assegurando, assim, uma maior interação entre os/as docentes que ofertam disciplinas no Curso. Além disso, as reuniões do Colegiado são abertas para a participação de todos os/as professores do Curso, inclusive para discussões pedagógicas.

Na relação com a PROPAAE e a PROGRAD, a Coordenação do Curso estabelece reuniões semestrais para discutir ações de orientação e atendimento aos/às discentes que apresentam dificuldades cognitivas, de aprendizado ou socioeconômicas. A partir das problemáticas levantadas e dos diálogos estabelecidos, são encaminhados projetos de apoio psicológico, social e econômico, a fim de atenuar a evasão e colaborar para o aprendizado do aluno.

Ainda como uma forma de apoio pedagógico aos/às estudantes, os/as professores/as são estimulados/as a enviar projetos para os editais de monitoria acadêmica da PROGRAD, buscando um melhor acompanhamento e orientação pedagógica aos/às discentes. Tal ação é essencial para aqueles que encontram dificuldades no processo de aprendizagem no âmbito acadêmico.

Caso os percalços dos/as alunos/as estejam relacionados às questões psicoemocionais ou socioeconômicas, a Coordenação do Curso providencia o encaminhamento do/a discente para os setores específicos da PROPAAE que possuem serviços de atendimento pedagógico e psicológico. As ações de assistência estudantil da Universidade estão sob a responsabilidade da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) da PROPAAE. O Programa de Permanência Qualificada (PPQ) é uma das ações essenciais da PROPAAE direcionada para o apoio ao ingresso e permanência dos/as estudantes. Dentre as ações de apoio à permanência dos/as estudantes estão as modalidades de auxílio permanência, auxílio moradia, auxílio deslocamento, auxílio alimentação e auxílio creche.

Buscando também acompanhar a inserção do/a discente no mercado de trabalho, a Coordenação estimula a participação dos/as alunos/as nos congressos, seminários, além de

firmar parcerias com instituições de apoio aos empreendimentos solidários e cooperativas com o intuito de aproximar o/a estudante da realidade laboral.

A mobilidade estudantil entre universidades é outra estratégia utilizada para ampliar os horizontes dos/as discentes e abrir possibilidades de mercado de trabalho, além de estimular o interesse pela vida acadêmica através do mestrado e cursos de especialização. Vivenciar a realidade de universidades em outras regiões do país com suas especificidades, tanto internas quanto dos empreendimentos parceiros, contribui para o amadurecimento profissional.

13. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é contínua em função dos relatórios apresentados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), da atuação do Colegiado do Curso e do NDE.

O Curso promoveu, em 2020, através do Colegiado, em articulação com o NDE, um processo de consulta aos/as egressos/as, com questões relacionadas à inserção profissional dos/as gestores/as de cooperativas e sua percepção sobre o Curso. A finalidade desta pesquisa foi avaliar o currículo e promover ajustes no percurso formativo dos/as discentes.

A pesquisa realizada em 2020 teve 53 respostas, de um universo de 162 formados. As perguntas procuraram, primeiramente, traçar um perfil dos/as egressos: 75% mulheres; 81% pretos/as e pardos/as; 47% formados/as há menos de três anos; 47% entre 31 e 40 anos de idade; 77% residentes no Recôncavo; 83% na zona urbana, e a maioria continuou estudando uma vez concluída a graduação.

Em relação à avaliação do Curso e inserção profissional, 89% consideram que a graduação contribuiu para seu desenvolvimento profissional e entre as atividades que mais contribuíram para sua formação as mais citadas foram os estágios, o envolvimento em atividades de pesquisa e extensão e as visitas técnicas. Apesar disso, 58% apontam algum grau de dificuldade para se inserir no mercado de trabalho como gestores/as de cooperativas e 32% disseram que estão atuando ou já atuaram efetivamente no segmento do cooperativismo ou dos empreendimentos da economia solidária.

Entre as principais deficiências apontadas na formação desses egressos, foram destacadas a necessidade de fortalecer os conteúdos relacionados à contabilidade, gestão financeira e cooperativismo de crédito, e a importância de alternativas de estágio e outras atividades práticas.

Além do contato com os/as egressos, é possível conhecer a avaliação de entidades que têm potencial de absorver esses egressos. Essas articulações são realizadas permanentemente através das atividades de extensão e da participação dos/as docentes e discentes nas articulações para promover o desenvolvimento territorial, em eventos realizados em parceria com as organizações da agricultura familiar e economia solidária. Através da integração nesses eventos e atividades é possível perceber as possíveis lacunas na formação dos profissionais e realizar os ajustes necessários.

Um evento específico para tratar da questão da inserção profissional foi o seminário “Conhecer e Reconhecer as competências dos egressos de Gestão de Cooperativas”, que ocorreu em junho de 2019, contando com um público de 74 (setenta e quatro) participantes. Foi realizada uma mesa de debate com docentes e discentes que falaram sobre as potencialidades dos/as egressos/as do Curso, com base nas habilidades e competências desenvolvidas ao longo da sua formação e as entidades convidadas, potenciais empregadores dos/as egressos/as, fizeram uma apresentação sobre sua área de atuação, objetivos e perspectivas quanto à inserção dos/as profissionais de Gestão de Cooperativas.

Com base nesses elementos, foram colhidos subsídios que se refletem nesta reformulação curricular, com a inclusão de novas disciplinas (como os componentes relacionados com cooperativismo de crédito e educação cooperativista), a introdução de diferentes modalidades do TCC e o Programa Cooperativa Escola.

É importante que seja mantido um processo de avaliação que garanta o monitoramento da operacionalização desse projeto pedagógico, capaz de identificar as necessidades de ajustes e as novas demandas. Propõe-se uma avaliação periódica, anualmente, sob a responsabilidade do NDE e em parceria com o Colegiado, que envolva os/as discentes e docentes do Curso. Dados do sistema acadêmico, a autoavaliação institucional, bem como outros registros institucionais, são fontes complementares para o processo de avaliação e monitoramento do projeto pedagógico. Essa avaliação fornecerá subsídios para a revisão do projeto pedagógico do Curso a cada ciclo formativo de três anos.

14. RECURSOS HUMANOS

O Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas possui atualmente 17 (dezessete) docentes ativos em regime de dedicação exclusiva, sendo 15 (quinze) com titulação acadêmica em nível de doutorado (88% do quadro pessoal) e 02 (dois) em nível de mestrado (12% do quadro pessoal). A equipe docente possui formação multidisciplinar, contemplando Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Interdisciplinar, Ciências Agrárias e Ciências Ambientais, de acordo com as áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As informações detalhadas dos/as docentes do Curso podem ser visualizadas no Quadro 03.

Quadro 03. Docentes do Curso por titulação acadêmica, regime de trabalho e área de formação.

PROFESSOR / LATTES	TITULAÇÃO ACADÊMICA	REGIME DE TRABALHO	ÁREA DE FORMAÇÃO
Aelson Silva de Almeida http://lattes.cnpq.br/8520329030340050	Mestre	Dedicação Exclusiva	Ciências Agrárias
Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo http://lattes.cnpq.br/1120669292655086	Doutora	Dedicação Exclusiva	Ciências Sociais Aplicadas

Alexandre Americo Almassy Junior http://lattes.cnpq.br/3503505739847214	Doutor	Dedicação Exclusiva	Ciências Agrárias
Ana Georgina Peixoto Rocha http://lattes.cnpq.br/0654229279565019	Doutora	Dedicação Exclusiva	Interdisciplinar
Claudio Carneiro da Cruz Neto http://lattes.cnpq.br/4440101316624835	Doutor	Dedicação Exclusiva	Ciências Sociais Aplicadas
Daciane de Oliveira Silva http://lattes.cnpq.br/9525669579408517	Doutora	Dedicação Exclusiva	Ciências Sociais Aplicadas
Eliene Gomes dos Anjos http://lattes.cnpq.br/0167032861309101	Doutora	Dedicação Exclusiva	Ciências Humanas
Flora Bonazzi Piasentin http://lattes.cnpq.br/0224886778806055	Doutora	Dedicação Exclusiva	Ciências Ambientais
Hugo Juliano Duarte Matias http://lattes.cnpq.br/0364541269829735	Doutor	Dedicação Exclusiva	Ciências Humanas
José Pereira Mascarenhas Bisneto http://lattes.cnpq.br/1151698687549952	Doutor	Dedicação Exclusiva	Ciências Humanas
Leticia Andrea Chechi http://lattes.cnpq.br/1382360135130521	Doutora	Dedicação Exclusiva	Interdisciplinar
Ludmila Meira http://lattes.cnpq.br/1547920724290323	Mestra	Dedicação Exclusiva	Ciências Sociais Aplicadas
Maria Lúcia da Silva Sodré http://lattes.cnpq.br/7999228093306142	Doutora	Dedicação Exclusiva	Ciências Sociais Aplicadas
Nara Eloy Machado Maturino http://lattes.cnpq.br/0558288932907389	Doutora	Dedicação Exclusiva	Ciências Sociais Aplicadas
Rosy de Oliveira http://lattes.cnpq.br/2831649554850820	Doutora	Dedicação Exclusiva	Ciências Humanas
Shanti Nitya Marengo http://lattes.cnpq.br/1831985360238203	Doutor	Dedicação Exclusiva	Ciências Humanas
Thiago Bruno de Jesus Silva http://lattes.cnpq.br/5058637547449065	Doutor	Dedicação Exclusiva	Ciências Sociais Aplicadas

O Quadro 04 apresenta o número e o percentual de docentes por titulação.

Quadro 04. Docentes segundo a titulação

TITULAÇÃO	Número	%
Mestres/as	2	12
Doutores/as	15	88
TOTAL	17	100

15. INFRAESTRUTURA

Para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão administrativa, o Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas possui instalações, equipamentos e materiais. De acordo com informações fornecidas pelo Núcleo de Gestão Técnico Administrativo (NUGTEAD), a infraestrutura da sede do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), onde o Curso está alocado, possui 96 (noventa e seis) gabinetes individuais de professores, além das salas de direção e vice-direção, dos colegiados dos cursos de graduação, da Gerência Técnica Administrativa e núcleos de atividades vinculadas à gestão, ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas dispõe de gabinetes individuais para os/as seus/suas docentes, com infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades. De maneira geral, os gabinetes têm área de 9 (nove) m² e são climatizados através de equipamento de ar-condicionado. Possuem janelas de vidro transparentes, são iluminados com lâmpadas fluorescentes, possuem estação de trabalho do tipo escrivaninha, computador *desktop*, impressora, cadeira giratória, armário e cadeiras de recepção¹.

Além dos gabinetes individuais, os professores do Curso contam com 02 (duas) salas de reuniões, equipadas com mesas, cadeiras, ar-condicionado, equipamento multimídia para projeções e discussões, possibilitando a reunião de um grupo maior de pessoas.

A Coordenação do Curso também dispõe de sala compartilhada, onde estão alocados/as 09 (nove) coordenadores/as dos cursos de graduação. A sala possui uma área de 72 (setenta e dois) m², climatizada, equipada com estações de trabalho individuais para cada coordenador/a com computador *desktop* e uma impressora de uso coletivo.

A sala de atendimento aos/às discentes e docentes possui área de aproximadamente 70 (setenta) m², climatizada, onde trabalham 08 (oito) servidores em estações de trabalho individuais, com computador *desktop*. O atendimento aos/às discentes pelos/as coordenadores/as pode também ocorrer nessa sala.

¹ Os mobiliários e equipamentos não são padronizados em todos os gabinetes, dessa forma, alguns itens podem variar de um gabinete para o outro.

No que concerne às atividades de ensino regulares, o Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas não possui módulo de salas de aula específicos, os/as docentes e discentes utilizam a infraestrutura do CCAAB. Mais especificamente, as aulas são conduzidas nas salas do Pavilhão de Aulas II do referido centro, que contém um total de 25 (vinte e cinco) salas, sendo estas, com capacidade para comportar 40 (quarenta) a 70 (setenta) discentes.

As salas são equipadas com carteiras de estudantes correspondentes à sua capacidade, uma mesa e cadeira para docente, uma mesa para cadeirante, ventiladores, quadro branco e um armário contendo um computador, um projetor multimídia e um estabilizador. Estruturalmente, as salas se encontram em bom estado de conservação, possuindo janelas, basculantes e proporcionando boa iluminação.

Os/as discentes do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas usufruem da sala de informática do CCAAB de forma compartilhada com os demais cursos. O funcionamento da sala ocorre através da marcação de horários pelo/a aluno/a e utilização dos equipamentos por determinado tempo. Os equipamentos são insuficientes para atender todos os cursos e a internet não é estável.

O Curso também dispõe de um laboratório de Tecnologia Social, com dois espaços utilizados pelos(as) discentes para a realização de trabalhos e pesquisas. Um dos espaços é equipado como um armário de MDF com portas de vidro, um armário de metal de duas portas, um armário do tipo fichário, uma mesa retangular, duas escrivaninhas, 08 (oito) cadeiras, 04 (quatro) computadores do tipo *desktop* e uma impressora. O outro espaço do laboratório é equipado com um armário de MDF com portas de vidro, uma estação de trabalho em L, duas escrivaninhas, 10 (dez) cadeiras, 06 (seis) computadores do tipo *desktop* e uma impressora. Em ambos os espaços, há acesso à internet.

A UFRB também conta com um amplo acervo de bibliografias para a comunidade acadêmica. De acordo com o relatório do Sistema Pergamum, são 24.435 (vinte e quatro mil quatrocentos e trinta e cinco) títulos e 152.994 (cento e cinquenta e dois mil novecentos e noventa e quatro) exemplares no total, contemplando livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, periódicos, entre outros. As bibliografias básicas e complementares do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas estão disponíveis aos/as discentes na Biblioteca Central, que dispõe de um acervo com o total de 61.181 (sessenta e um mil cento e oitenta e um) exemplares, sendo composto por livros (8.871 títulos e 45.440 exemplares); folhetos (432 títulos e 342 exemplares); artigos (432 títulos); dissertações (1.182 títulos e 1.795 exemplares); TCC Graduação (2 títulos e 2 exemplares); Teses (79 títulos e 109 exemplares); TCC Pós-graduação (1 título e 1 exemplar); Mapas (1 título e 1 exemplar); Gravação de vídeos (7 títulos e 12 exemplares); Periódicos (343 títulos e 12.624 exemplares); DVD (146 títulos e 240 exemplares); Capítulo de Livros (1 título); CD-Room (18 títulos e 21 exemplares); Referência (243 títulos e 593 exemplares).

É importante destacar que a Biblioteca da UFRB também possui o seu acervo disponível *online*, no endereço: <http://acervo.ufrb.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Adicionalmente, os/as docentes e discentes do Curso dispõem de uma lista de periódicos nacionais e internacionais, além do acesso ao portal de periódicos CAPES.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências**. Projetos de Leis e Outras Proposições.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a **Emenda Constitucional nº 70** de 29 de março de 2012. Senado Federal. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2030**. Cruz das Almas, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/pdi/images/documentos/PDI_2019-2030_1.pdf. Acesso em: 06 fev. 2022.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Regulamento do Ensino de Graduação**. Cruz das Almas, 2018. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/educacaofisica/images/documentos/Regulamento de Ensino de e Graduao_2018.pdf](https://www.ufrb.edu.br/educacaofisica/images/documentos/Regulamento_de_Ensino_de_Graduao_2018.pdf). Acesso em: 06 fev. 2022.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Resolução CONAC 06/2019 Política de Curricularização da extensão**. Cruz das Almas, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/documento/20190409163116_135905.PDF . Acesso em: 14 fev. 2022.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Resolução CONAC 38/2017 Normas que disciplinam as ações de extensão universitária**. Cruz das Almas, 2017. Disponível em: [https://ufrb.edu.br/cecult/images/Revis%C3%A3o da Resolu%C3%A7%C3%A3o.PDF](https://ufrb.edu.br/cecult/images/Revis%C3%A3o_da_Resolu%C3%A7%C3%A3o.PDF) . Acesso em: 14 fev. 2022.

APÊNDICE I - CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE Matemática Aplicada aos Empreendimentos Cooperativos		MÓDULO DE ALUNOS 70
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Matemática básica. Funções matemáticas. Aplicação das funções matemáticas: custo, receita, sobras, demanda, oferta e depreciação. Juros simples e compostos e sua aplicação. Descontos. Sistemas de amortização de dívida. Custo de empréstimos e cálculo da taxa efetiva de juros. Ajuste a valor presente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 272 p. BRUNI, A. L. Matemática financeira : com HP 12C e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 468 p. (Série Finanças na Prática). MENDONÇA, L. G. <i>et al.</i> Matemática financeira . 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I.; ASMAR, N. H. Matemática aplicada : economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000. HALFELD, M. Investimentos : como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2001. LARSON, R. E.; HOSTELER, R. P.; EDWARDS, B. H. Cálculo com aplicações . 4. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1998. MATHIAS, W. F.; GOMES, J. M. Matemática financeira . São Paulo: Ed. Atlas, 1995. SANTANA, J. C. Matemática financeira : abordagem prática para pequenos negócios e empreendimentos da economia solidária. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE Cooperativismo I		MÓDULO DE ALUNOS 70
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA O pré-cooperativismo. As correntes teóricas do pensamento cooperativista. Gênese e desenvolvimento do cooperativismo brasileiro. Especificidades regionais do movimento cooperativo brasileiro. Associativismo. Conceituação da economia solidária. Políticas públicas de fomento ao cooperativismo e a economia solidária. Desafios do cooperativismo autogestionário e solidário.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CRUZ, D. U. (org.). O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidades . Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016. GOERGES, I. P. H.; LEITE, M. P. (org.). Novas configurações do trabalho e economia solidária . São Paulo: Annablume, 2009. SINGER, P. Introdução à economia solidária . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I. HESPANHA, P. (coord.). Dicionário internacional da outra economia . Coimbra: Almedina, 2009. PINHO, D. B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária . São Paulo: Saraiva, 2004. PIRES, M. L. L. S. Cooperativismo e globalização: artificialização da natureza e sofisticação dos alimentos . Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2018. RIOS, G. S. L. O que é cooperativismo . São Paulo: Brasiliense, 1989. SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (org.). A economia solidária e os desafios globais do trabalho . São Carlos: EdUFSCar, 2017.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE CCA 283 – Metodologia da Pesquisa		MÓDULO DE ALUNOS 70
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Introdução ao estudo crítico das ciências; definição da problemática relacionada ao iniciante no estudo das questões científicas; abordagens introdutórias no mundo do estudo e da pesquisa; apresentação dos princípios para elaboração de um projeto de pesquisa científica; os principais métodos e técnicas da metodologia científica; como elaborar um projeto de pesquisa; tipos de trabalhos científicos; relatório de projetos; resenha crítica; monografia acadêmica; técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Normas da ABNT.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AQUINO, I. de S. Como escrever artigos científicos : sem arroudeio e sem medo da ABNT. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. MEDEIROS, J. B. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 12. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna : aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem . 13. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender : os sentidos do texto. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2013. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever : estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo (SP): Contexto, 2012.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE Modelos Organizacionais do Trabalho		MÓDULO DE ALUNOS 70
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA O conceito de organização. Estudo da evolução e do desenvolvimento da teoria das organizações. A evolução da forma de organização do trabalho (artesanal, taylorista, toyotista e autogestionada). Conhecimento dos ramos do cooperativismo e suas especificidades. As especificidades da gestão. Governança nas cooperativas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BORNSTEIN, D. Como mudar o mundo : empreendedores sociais e o poder das novas ideias. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 403p. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração : da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 480p. MOTTA, F. C. P; VACONCELOS, I. F. G. de. Teoria geral da administração . 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006. 428p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAVALCANTI, G. Empreendedorismo : decolando para o futuro - as lições do voo livre aplicadas ao mundo corporativo. Rio de Janeiro: Campus, 2012. 152p. CHIAVENATO, I. Empreendedorismo : dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. São Paulo: Manole, 2012. 315p. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo na prática : mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 4. ed. São Paulo: Empreende, 2020. 158 p. FIORINI, C. G.; ZAMPAR, A. C. Cooperativismo e empreendedorismo . São Paulo: Pandorga Editora, 2015. 312p. MACHADO, S. C. B. (coord.). Empreendedorismo feminino : inovação e associativismo. São Paulo: Literare Books International, 2021. 176p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 1º
NOME DO COMPONENTE Fundamentos Sócio-Antropológicos Aplicados ao Meio Rural		MÓDULO DE ALUNOS 70
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 10 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 10 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO: -		CORREQUISITO -
EMENTA O campo das Ciências Sociais. A constituição da Antropologia e da Sociologia como disciplinas e seus respectivos campos de estudos. As principais correntes teórico-metodológicas. Estado, indivíduo, sociedade, natureza e cultura. Aspectos sócio-históricos e antropológicos do desenvolvimento agrícola brasileiro. O Estado e a questão fundiária. Organização social e imaginário social no meio rural. Especificidade da prática antropológica. Relações étnico-raciais. Movimentos sociais. Constituição dos sujeitos coletivos de direitos no meio Rural.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado . São Paulo: UBU, 2017. CUNHA, M. Cultura com aspas . São Paulo: UBU, 2017. LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares de parentesco . Petrópolis: Vozes, 1982. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. DURKHEIM, E. As regras do método sociológico . SP: Martins Fontes, 2002. GOMES, S.; OLIVEIRA, R. (org.). Das formações negras camponesas : ensaios sobre remanescentes de quilombos no Brasil. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016. KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu . São Paulo: Companhia das Letras, 2015. KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo . São Paulo: Companhia das Letras, 2015.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 2o
NOME DO COMPONENTE Contabilidade em Sociedades Cooperativas		MÓDULO DE ALUNOS 50
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Profissional	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Conceitos básicos e práticas fundamentais em contabilidade: origens e princípios. Método das partidas dobradas. Aspectos específicos da contabilidade das cooperativas: normas e legislações específicas nesta área. Escriturações das sociedades cooperativas. Estrutura das demonstrações contábeis. Balanço Social. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício (Sobras e Perdas). Relato Integrado. Governança cooperativa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARION, J. C. Contabilidade básica . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 269p. IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade introdutória . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 335p. ZDANOWICZ, J. E. Gestão financeira para cooperativas : enfoques contábil e gerencial. São Paulo: Atlas, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CHIAVENATO, I. Administração financeira : uma abordagem introdutória. São Paulo: Campus, 2005. RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica . São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2017. ROSS, S. A.; JORDAN, B. D.; WESTERFIELD, R. W. Princípios de administração financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. Contabilidade das sociedades cooperativas : aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008. 292p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Cooperativismo II		MÓDULO DE ALUNOS 50
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 10 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO Cooperativismo I		CORREQUISITO -
EMENTA Tipologia cooperativista, com ênfase no cooperativismo de trabalho, de crédito e agropecuário. As práticas cooperativistas existentes na América Latina. Interfaces entre cooperativismo, economia solidária e economia social. Diversidade e relações de gênero no cooperativismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MATOS, M. I. S. de. Terceiro setor e gênero : trajetórias e perspectivas. São Paulo: Mck Pesquisa e Cultura Acadêmica, 2005. SILVA, P. R. F. Cooperativas de trabalho, terceirização de serviços e direito do trabalho . São Paulo: LTr, 2017. SOUZA, A. R.; LUSSI, I. A. O.; ZANIN, M. (org.). Engajamento e reflexão transversal em economia . São Carlos/SP: EDUFSCar / ABPES, 2020. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CHAYANOV, A. A teoria das cooperativas camponesas . Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2017. GRIEBELER, Marcos P. D. <i>et al.</i> Dicionário contemporâneo do cooperativismo . Uruguaiana (RS): Editora Conceito, 2022. MEINEN. E.; PORT, M. Cooperativismo financeiro : percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confebras, 2014. VELLOSO, T.; ANJOS, E. (org.). Mulheres rurais : lutas e conquistas. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2022. YOUNG, L. H. B. Sociedades cooperativas . Curitiba: Juruá, 2008.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Fundamentos de Economia		MÓDULO DE ALUNOS 50
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Conceitos básicos da ciência econômica. Tópicos de Microeconomia (teoria do consumidor e estruturas de mercado). Tópicos de Macroeconomia (indicadores econômicos e políticas macroeconômicas). Economia plural. A nova economia institucional e as organizações cooperativas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I. HESPANHA, P. (coord.). Dicionário internacional da outra economia . Coimbra: Almedina, 2009. VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. VASCONCELLOS, M. Economia : micro e macro. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CASTELLS, M. (org.). Outra economia é possível . Cultura e economia em tempos de crise. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. 296p. DOWBOR, L. A era do capital improdutivo – a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017. MENDES, J. T. G. Economia : fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2005. POLANYI, K. A grande transformação : as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (org.). Uma outra economia é possível : Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2001.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Educação Cooperativista		MÓDULO DE ALUNOS 50
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Introdução à educação cooperativista. Concepções teóricas sobre educação cooperativista. Comunicação e educação cooperativista. Participação, gestão social e educação cooperativa. Planejamento da educação cooperativista: diretrizes e técnicas. Mediação e mediadores em trabalhos com grupos: concepção e métodos. Experiências de educação cooperativista.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Oliveira, D. de P. R. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. GONÇALVES NETO, A. A. Sociedades cooperativas . São Paulo: Lex, 2018. 590p. SOUZA, M. L. de. Desenvolvimento de comunidade e participação . São Paulo: Cortez, 2014. 264 p. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BUFFA, E.; ARROYO, M. G.; NOSELLA, P. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 94 p. (Questões da nossa época, v. 19). FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 150p. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia . Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anca/MST, 2004. 143p. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 184p. MILITÃO, A.; MILITÃO, R. S.O.S. - dinâmica de grupo . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. 186p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 2º
NOME DO COMPONENTE Psicologia Aplicada à Gestão de Pessoas		MÓDULO DE ALUNOS 50
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Estudo do comportamento organizacional a partir de uma perspectiva psicológica e psicossocial, e sua aplicação à gestão de organizações cooperativistas e associativistas. Compreensão da maneira pela qual as variáveis individuais (cognição, afetividade e motivação) e grupais (estrutura e processos grupais) do comportamento organizacional condicionam as políticas e práticas de gestão de pessoas (agregar, aplicar, desenvolver, recompensar).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas. 3. ed., rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. DUTRA, J. S. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002. ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARVALHO, A. V. de; NASCIMENTO, L. P. do; SERAFIM, O. C. G. Administração de recursos humanos. 2. ed. rev. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012. FLEURY, M. T. L. As pessoas na organização. 16. ed. São Paulo: Gente, 2002. SROUR, R. H. Poder, cultura e ética nas organizações. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2008. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADRE, J. E.; BASTOS, A. V. B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 3º
NOME DO COMPONENTE Finanças em Sociedades Cooperativas		MÓDULO DE ALUNOS 40
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Objetivos e funções da administração financeira. O ambiente financeiro relacionado à economia e contabilidade em sociedades de capital e cooperativas. Conceitos financeiros fundamentais. Planejamento e orçamento de caixa. Fontes e decisões de financiamento à curto prazo. Técnicas para análise de alternativas de investimento. Custo de capital. Análise de balanços e suas limitações. Análise horizontal e análise vertical de balanços. Indicadores de liquidez. Indicadores de rentabilidade. Alavancagem operacional e financeira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHIAVENATO, I. Administração financeira : uma abordagem introdutória. São Paulo: Campus, 2005. ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços : um enfoque econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 376p. ZDANOWICZ, J. E. Gestão financeira para cooperativas : enfoques contábil e gerencial. São Paulo: Atlas, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MARION, J. C. Contabilidade básica . São Paulo: Atlas, 2006. SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. Contabilidade das sociedades cooperativas : aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008. 292p. SOUZA, B. F. de; PEREIRA, A. C. Auditoria contábil : abordagem prática e operacional. São Paulo: Atlas, 2004. 272p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 3º
NOME DO COMPONENTE Gestão Comercial		MÓDULO DE ALUNOS 40
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Introdução à comercialização. O planejamento do processo de comercialização em organizações coletivas. Cadeias produtivas. Canais de comercialização (convencionais; institucionais; curtos; longos) e sua operacionalização. Pesquisa e segmentação de mercado. Formação dos preços. Custos e margens de comercialização. Estratégias de diversificação, diferenciação e agregação de valor aos produtos ou serviços. Mercados alternativos para a agricultura familiar e pequenos empreendimentos. Certificação de produtos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BATALHA, M. O. Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 600 p. SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. Gestão integrada da agricultura familiar. São Carlos: EdUFSCar, 2005. 359p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COBRA, M. Marketing básico: uma abordagem brasileira. São Paulo: Atlas, 2011. CRUZ, F. T. da; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (org.). Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2017. KAY, R. D.; EDWARDS, W. M.; DUFFY, P. A. Gestão de propriedades rurais. AMON, T.; WAQUIL, P. D. (trad.). Porto Alegre: AMGH, 2014. ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. Economia e gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 3º
NOME DO COMPONENTE Desenvolvimento e Políticas Públicas		MÓDULO DE ALUNOS 40
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 10 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Diferentes noções de desenvolvimento: crescimento econômico, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial. Desenvolvimento rural brasileiro. Especificidades das organizações da agricultura familiar. Capital social, participação e desenvolvimento. Políticas públicas para o rural brasileiro.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B.; NIEDERLE, Paulo (org.). Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil . Recife: Editora UFPE, 2014. GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. MALUF, R.; CARNEIRO, M. J. (org.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar . Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais . Porto Alegre: UFRGS, 2003. CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P. (org.). Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro . São Paulo: Ed. Elefante, 2022. 336p. PETERSEN, P. (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro . Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. ORTEGA, A. C. Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento . 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Alínea, 2015. TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (org.). Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos . Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 3º
NOME DO COMPONENTE Legislação Cooperativista I		MÓDULO DE ALUNOS 40
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 12 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Noções Introdutórias do estudo do Direito. Direito cooperativo: autonomia. Sociedade cooperativa. Tipologia cooperativista e aspectos legais. Atos para constituição das cooperativas. Etapas para legalização. Construção do estatuto social. Associados. Capital social. Órgãos sociais. Fundos sociais. Livros sociais. Fiscalização e controle. Dissolução e seus efeitos patrimoniais. Problemas e alternativas na atuação dos órgãos sociais. Diferenças entre microempresa, Organizações Sociais, associação, cooperativa, OSCIP, fundação e sindicato. Constituição Federal, Lei nº 5.764/71, Código Civil, Legislação cooperativista estadual. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Lei da economia solidária no âmbito estadual e federal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BECHO, R. L. Elementos do Direito cooperativo. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. LIMA, R. C. (org.). Direito cooperativo - avanços, desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Del Rey, 2018. PAES, J. E. S. Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MIRANDA, J. E. de; GALHARDO, J. H. S.; VIEIRA, P. G. L. Regime jurídico da sociedade cooperativa. São Paulo: Juruá, 2013. POLÔNIO, W. A. Manual das sociedades cooperativas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. SCHUJMAN, M.; GAUDIO, R. C. (coord.). Derecho cooperativo latinoamericano. AIDCMES (Asociación Iberoamericana de Derecho Cooperativo, Mutual y de La Economía Social y Solidaria) e IBECOOP (Instituto Brasileiro de Estudos em Cooperativismo) (org.). Coleção Direito e Cooperativismo, v. 1. Curitiba: Juruá, 2018. VEIGA, S. M.; FONSECA, I. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: FASE, 2002.		

VEIGA, S. M.; RECH, D. **Associações**: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: FASE, 2001.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 3º
NOME DO COMPONENTE Sustentabilidade Ambiental		MÓDULO DE ALUNOS 40
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Relação sociedade-natureza. Concepções sobre sustentabilidade. Serviços ambientais. Conflitos socioambientais. Políticas ambientais e instrumentos de gestão. Responsabilidade socioambiental. Educação ambiental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. Fundamentos de política e gestão ambiental : os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. DIAS, R. Gestão ambiental : responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente . São Paulo: Contexto, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres : conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2018. BURSZTYN, M. (org.). A difícil sustentabilidade : política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. LEFF, E. Saber ambiental : sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2011. REIGOTA, M. O que é educação ambiental . São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável : o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 4º
NOME DO COMPONENTE Gestão Estratégica de Custos		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 10 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO Matemática Aplicada aos Empreendimentos Cooperativos		CORREQUISITO
EMENTA Introdução à gestão de custos. Composição e comportamento dos custos. Critérios de rateios. Aplicação dos custos indiretos e diretos na fabricação. Sistema de custos por processo. Contribuição marginal na capacidade de produção. Custos fixos identificados e retorno sobre investimentos. Fixação do preço de venda. Gestão estratégica de custos. A abordagem do custeio baseado em atividade (ABC). Ponto de Equilíbrio. Tópicos contemporâneos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRUNI, A. L. Gestão de custos e formação de preço . São Paulo: Atlas, 2007. PEREZ JR., J. H.; OLIVEIRA, L. M.; COSTA, R. G. Gestão estratégica de custos . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. PEREZ JR., J. H.; OLIVEIRA, L. M.; COSTA, R. G. Gestão estratégica de custos : livro de exercícios. São Paulo: Atlas, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial : planejamento e controle gerencial. São Paulo: Atlas, 2009. FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R. do. Controle gerencial : uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009. SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; PINHEIRO, P. R. Fundamentos de gestão estratégica de custos . São Paulo: Atlas, 2006. (Coleção Resumos de Contabilidade, v. 23).		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 4º
NOME DO COMPONENTE Gestão da Produção		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Estratégia e objetivos da produção. Relação da produção com os sistemas agroindustriais. Definições e correntes metodológicas. Gestão da qualidade na agroindústria. Arranjo físico e fluxo. Estudo de tempos e métodos. Planejamento e controle da produção. Gerenciamento de agroindústrias familiares. Fundamentos e gestão de organizações cooperativas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BATALHA, M. O. (coord.). Gestão agroindustrial : GEPAL - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. (volumes 1 e 2). CHIAVENATO, I. Administração da produção : uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Campus, 2005. SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (coord.) Gestão integrada da agricultura familiar . São Carlos: UFSCar, 2009. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BATALHA, M. O. (coord.). Gestão agroindustrial : GEPAL - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 4. ed. Editora Atlas: São Paulo, 2021. (volume único). CORRÊA, H. L; GIANESI, I. G. N; CAON, M. Planejamento, programação e controle da produção : MRP II, conceitos, uso e implantação: base para SAP, Oracle e outros softwares integrados da gestão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção . São Paulo: Saraiva, 1998. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 4º
NOME DO COMPONENTE Legislação Cooperativista II		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 12 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Legislação Cooperativista I		CORREQUISITO
EMENTA Aspectos tributários das sociedades cooperativas. Sistema Tributário. Histórico da tributação das sociedades cooperativas. Ato Cooperativo. Negócios Cooperativos. Ato não Cooperativo. Reflexos do ato cooperativo sobre a tributação. Estudo dos tributos no sistema tributário vigente. Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo. Noções de Direito Societário. Instituições de Direito Privado: Sociedades, fundações e associações. Natureza jurídica das sociedades cooperativas. Sociedades de pessoas e de capital. Sociedades empresárias e sociedades simples. A cooperativa como sociedade simples.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AMARO, L. Direito tributário brasileiro . 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. COELHO, F. U. Manual de direito comercial . 32. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. PAES, J. E. S. Fundações, associações e entidades de interesse social : aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BECHO, R. L. Tributação das cooperativas . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2019. CHIMENTI, R.; PIERRI, A. T. Teoria e prática do direito tributário . São Paulo: Saraiva, 2013. FUHRER, M. C. A. Resumo de direito comercial . 46. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. (Coletânea Resumos, v. 1). FUHRER, M. C. A. Resumo de direito tributário . 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. (Coletânea Resumos, v. 8). RAMOS, A. L. S. C. Direito empresarial esquematizado . 8. ed. São Paulo: Método, 2021.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 4º
NOME DO COMPONENTE Comunicação e Marketing em Organizações Coletivas		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA O processo de comunicação nas organizações. Comunicação: externa; interna; formal; informal. A comunicação e o marketing. Ambiente de marketing. Mix de marketing de produto e de serviço. Marcas. O marketing na construção de identidades e de diferenciação social. O marketing ético e o desenvolvimento social. Componentes de um plano de marketing. Estratégias de marketing nos diferentes ramos do cooperativismo na Bahia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing . 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 600p. MARCHIORI, M. Cultura e comunicação organizacional : um olhar estratégico sobre a organização. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão editora, 2006. 259p. PINHO, J. B. Comunicação em marketing : princípios da comunicação mercadológica. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2008. 287p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BORDENAVE, J. E. D. O que é comunicação . São Paulo: Brasiliense, 2007. 105p. COBRA, M. Marketing básico : uma abordagem brasileira. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. KOTLER, P.; LEE, N. Marketing social : influenciando comportamentos para o bem. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 454p. KUNSCH, M. M. K. Comunicação organizacional : histórico, fundamentos e processos. São Paulo Saraiva, 2009. v. 1. KUNSCH, M. M. K. Comunicação organizacional : linguagem, gestão e perspectivas. São Paulo Saraiva, 2009. v. 2.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 4º
NOME DO COMPONENTE Elaboração e Análise de Projetos Sociais		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 10 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Caracterização de projetos sociais. Etapas da construção de projetos. Diagnóstico organizacional. Mobilização e captação de recursos. Elaboração de projetos para editais públicos. Gestão de projetos. Projetos sociais e riscos. Quadro de metas. Indicadores de monitoramento. Orçamento e prestação de contas. Análise de projetos. Quadro lógico. Análise de viabilidade. Análises de experiências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 94p. CONSALTER, M. A. S. Elaboração de projetos: da introdução à conclusão. 3. ed., rev. e atual. Curitiba: IBPEX, 2011. 125p. KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3. ed. São Paulo: Global, 2004. 81p. (Gestão e sustentabilidade). BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 318p. CRUZ, C. M. Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Global, 2000. 15 p. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7. ed. São Paulo: Empreende, 2018. 299p. OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho à realidade. Rio de Janeiro (RJ): Qualitymark, 2008. WOILER, S.; MATHIAS, W. F. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 288p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 5º
NOME DO COMPONENTE Plano de Negócios para Cooperativas		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 10 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Empreendedorismo e empreendedorismo social. Elaboração de planos de negócios. Noções de planejamento estratégico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOLABELA, F. O segredo de Luísa : uma ideia, uma paixão e um plano de negócios; como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 299p. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 7. ed. São Paulo: Empreende, 2018. 299p. SALLES, R. H. Plano de negócios para cooperativas e associações . Rio de Janeiro: Fase, DP&A, 2002. 91p. (Economia solidária, 3). BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BIAGIO, L. A.; BATOCCHIO, A. Plano de negócios : estratégias para micro e pequenas empresas. Barueri: Manole, 2005. 365p. CARVALHO, A. D. de. O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global . São Paulo: Baraúna, 2011. 283p. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores : fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. 212p. OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social : da teoria à prática, do sonho à realidade. Rio de Janeiro (RJ): Qualitymark, 2008. ROCHA, M. T.; DORRESTEJIN, H.; GONTIJO, M. J. Empreendedorismo em negócios sustentáveis : plano de negócios como ferramenta do desenvolvimento. São Paulo: Peirópolis, Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. 119p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 5º
NOME DO COMPONENTE Logística		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 17 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO Gestão da Produção		CORREQUISITO -
EMENTA Objetivos e funções da logística e logística integrada. Fluxos logísticos. Nível de serviço ao cliente. Logística reversa. Previsão de demanda, gestão de estoques e MRP. Armazenagem. Gestão de suprimentos. Gestão da cadeia de abastecimento ou <i>Supply Chain Management</i> . Gestão da distribuição. Custos logísticos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos : planejamento, organização e logística empresarial. São Paulo: Bookman, 2001. 532p. DIAS, M. A. P. Administração de materiais : uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 528p. DIAS, M. A. P. Administração de materiais : princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 346p. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARNOLD, J. R. T. Administração de materiais : uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999. 521p. CHRISTOPHER, M. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos : estratégias para a redução de custos e melhoria dos serviços. São Paulo: Pioneira, 1999. 240p. LAMBERT, D. M.; STOCK, J. R.; VANTINE, J. G.; VONDRAK, M. C. Administração estratégica da logística . São Paulo: Vantine Consultoria, 1998. 912p. MOURA, R. A. Sistemas e técnicas de movimentação e armazenagem de materiais . 6. ed. rev. São Paulo: IMAM, 2010. 454p. (Manual de intralogística).		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 5º
NOME DO COMPONENTE Aspectos Legais do Cooperativismo de Crédito		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 12 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplinas
PRÉ-REQUISITO Legislação Cooperativista I Legislação Cooperativista II		CORREQUISITO -
EMENTA História e evolução do cooperativismo de crédito no Brasil. Sistema financeiro e as cooperativas de crédito. Sistemas cooperativos: a estrutura atual do cooperativismo de crédito brasileiro. Organização e entidades representativas. Legislação regulamentadora. Aspectos legais sobre finanças solidárias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FRADE, E. S. A tributação das sociedades cooperativas de crédito . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. SOUZA, E. G. V. Cooperativismo de crédito no Brasil - globalização, estado e cidadania . Curitiba: Juruá, 2008. SOUZA, L. R. Cooperativas de crédito - regulação do CMN e os valores cooperativos . Juruá, 2017. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BECHO, R. L. Elementos do direito cooperativo . 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. LOPES, A. E. Gestão e análise de crédito nas instituições financeiras cooperativas . E-book. 1. ed. Editora Confebras, 2020. PAES, J. E. S. Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários . 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. Cooperativismo de crédito: boas práticas no Brasil e no mundo . Brasília: Farol. Estratégias em Comunicação, 2016.		

SILVA, A. D. C., SABAINI, W. T. **A evolução da governança corporativa nas cooperativas de crédito no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 5º
NOME DO COMPONENTE Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Cooperativas I		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 17 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Gestão de Cooperativas: o TCC, seus formatos no Curso e regulamentos. Artigo, monografia e produtos tecnológicos (nota técnica). Apresentação das etapas de elaboração do projeto de TCC. Escolha do tema e formulação do problema. Definição dos objetivos. Metodologia: tipos de pesquisa e técnicas de coleta de dados. Análise e interpretação dos dados.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FACHIN, O. Fundamentos de metodologia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. MARCONI, M.; LAKATOS, E. Metodologia científica . 6. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2011. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR HAGUETTE, T. Metodologias qualitativas na sociologia . 13. ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 2011. RICHARDSON, R. Pesquisa social: métodos e técnicas . 3. ed. ver. e amp. São Paulo: Atlas, 2009. SANTOS, A. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 7. ed, rev. e amp. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. SALOMON, D. Como fazer uma monografia . 12. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. YIN, R. Estudo de caso: planejamento e métodos . 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 6º
NOME DO COMPONENTE Ação Curricular de Extensão em Gestão de Cooperativas		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 120 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA 120 horas
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 120 horas		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Itinerário Formativo	TIPO Atividade
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Interação dialógica. Interdisciplinariedade e interprofissionalidade. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Impacto na formação acadêmica. Transformação social. Interculturalidade e perspectivas pluriepistêmicas sobre os saberes. Inovação social. Cooperativismo. Experiências de empreendimentos solidários e da agricultura familiar.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Não se aplica.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE 6º
NOME DO COMPONENTE Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Cooperativas II		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 17 horas	TEÓRICA 17 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Obrigatória	FUNÇÃO Específica	TIPO Atividade
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Atividade orientada para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob responsabilidade dos respectivos orientadores. Orientações e acompanhamento do processo de elaboração do TCC. ABNT.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Não se aplica.		

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Certificação em Organizações Sociais		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 10 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 20 horas		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO
EMENTA Introdução à propriedade intelectual e industrial. Marcos legais. Proteção do conhecimento. Direitos autorais. Patentes. Marcas coletivas. Indicações Geográficas (IGs). Certificação orgânica e agroecológica. Selo Nacional da Agricultura Familiar. Construção do conhecimento em organizações. Certificações como estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOCCHINO, L. de O. Propriedade intelectual : conceitos e procedimentos. Brasília (DF): Advocacia Geral da União, 2010. BARBOSA, D. B. Uma introdução à propriedade intelectual . Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2006. LOCATELLI, L. (org.). Indicações geográficas : desafios e perspectivas nos 20 anos da Lei de Propriedade Industrial. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BASSO, M. Propriedade intelectual, legislação e tratados internacionais . São Paulo: Atlas, 2007. BUSS JÚNIOR, A. Indicações geográficas brasileiras . 5. ed. Brasília (DF): SEBRAE, INPI, 2016. DOMINGUES, I. Conhecimento e transdisciplinaridade . Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. FROELICH, J. M.; DIESEL, V. (coord.). Desenvolvimento rural : tendências e debates contemporâneos. 2. ed. Ijuí (RS): Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2009.		

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Controladoria		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO Gestão Estratégica de Custos		CORREQUISITO
EMENTA Conceito, objetivos e estrutura da controladoria. Missão e estrutura da controladoria e o papel do <i>controller</i> . Valor da cooperativa. Definição da estrutura do ativo e do passivo. Aspectos da controladoria no controle: custos e preço de venda; política de redução de custos, orçamento. Estudos de casos relacionados à instrumentos do controle gerencial.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial : planejamento e controle gerencial. São Paulo: Atlas, 2009. FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R. do. Controle gerencial : uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009. ZDANOWICZ, J. E. Gestão financeira para cooperativas : enfoques contábil e gerencial. São Paulo: Atlas, 2014. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANTHONY, R. N. Contabilidade gerencial : uma introdução a contabilidade. São Paulo: Atlas, 1973. 483p. DALCHIAVON, A.; WERNKE, R.; ZANIN, A. Práticas de controladoria utilizadas em cooperativa central de crédito: estudo de caso. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas , v. 4, n. 8, p. 13-32, 2017. MARTINS, E. Contabilidade de custos . São Paulo: Atlas, 2001. 8. ed. 388p. MEDEIROS, J. A. de. Agribusiness : contabilidade e controladoria. Guaíba (RS): Agropecuária, 1999. 106p.		

SILVA, T. B. de J. **Interface entre utilidades do orçamento com as capacidades dinâmicas e desempenho organizacional**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2020.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Cooperativismo do Trabalho		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 8 horas		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO Cooperativismo I Cooperativismo II		CORREQUISITO
EMENTA Heterogeneidade nas formas de trabalho no Brasil. Relação das cooperativas de trabalho e a precarização. A Lei nº 12.690/2012 do cooperativismo de trabalho. Trabalho associado e autogestionário. Ampliação do ramo trabalho no cooperativismo brasileiro. Experiências empíricas no contexto nacional e na Bahia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANTUNES, R. (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV : trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019. ARAÚJO, F. S.; NEPOMUCENO, V.; HENRIQUES, V. C.; SÍGOLO, V. M.; POMPEU, L. P.; ATOLINI, T. M. (org.). Dialética da autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil . Marília: Lutas Anticapitalistas, 2019. GEORGES, I.; LEITE, M. (org.). Economia solidária e novas configurações do trabalho . São Paulo: Annablume, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SILVA, P. R. F. Cooperativas de trabalho, terceirização de serviços e direito do trabalho . São Paulo: LTr, 2017. SOUZA, A. R.; LUSSI, I. A. O.; ZANIN, M. (org.). Engajamento e reflexão transversal em economia solidária . São Carlos/SP: EDUFSCar / ABPES, 2020. SOUZA, André R.; ZANIN, M. (org.). A economia solidária e os desafios globais do trabalho . São Carlos: EdUFSCar, 2017.		

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Cooperativismo Industrial		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 15 horas		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO Modelos Organizacionais do Trabalho Gestão da Produção		CORREQUISITO
EMENTA Reestruturação produtiva no Brasil. O cooperativismo industrial no Brasil (empresas recuperadas). Experiências do cooperativismo industrial internacional. O cooperativismo industrial no país Basco/Espanha. Autogestão como ferramenta de organização do trabalho.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AZEVEDO, A. B. A.; GITAHY, L. A experiência da Mondragón Corporación Cooperativa . Salvador: Editora da UNEB, 2009. v. 500. 80p. AZEVEDO, A. B.; ALMEIDA, A. S. de; BESNOSIK, M. H. da R. (org.). Sociedade, inovação e tecnologia social . Cruz das Almas: Editora UFRB, 2019. 222p. HENRIQUES, F. C. et. al. Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil . Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. 271p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARAÚJO, F. S.; NEPOMUCENO, V.; HENRIQUES, V. C.; SÍGOLO, V. M.; POMPEU, L. P.; ATOLINI, T. M. (org.). Dialética da autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil . Marília: Lutas Anticapitalistas, 2019. BENINE, E. A. Sistema orgânico do trabalho : arquitetura crítica e possibilidades. São Paulo: Ícone, 2012. 167p. HOLZMANN, L. Operário sem patrão : gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: EDUFSCAR, 2001. 171p.		

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 80p.

ANTUNES, R; SILVA, A. M.(org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 344p.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Desenvolvimento Regional		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Desenvolvimento regional e suas abordagens. Manuseio de bases de dados para análise das especificidades regionais. Políticas de desenvolvimento e desigualdades regionais. Condicionantes da formação da economia baiana e do Território do Recôncavo. As realidades territoriais e suas especificidades.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Leituras da Bahia I. Bahia Análise & Dados . Salvador, v. 9, n. 4, mar. 2000. GODINHO, L. F. R.; SANTOS, F. J. S. (org.). Recôncavo da Bahia: educação, cultura e sociedade . Amargosa: Ed. CIAN, 2007. 184p. ROCHA, A. G. P.; ANJOS, E. G. dos (org.). Cooperativismo e associativismo rural na Bahia . Cruz das Almas (BA): EDUFRB, 2021. 290p. (Coleção Sucesso Acadêmico na Graduação da UFRB, v. 18). BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Cooperativismo. Bahia Análise & Dados , Salvador, v. 23, n. 1, jan./mar. 2013. CRUZ, D. U. (org.). O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidades . Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016. FERREIRA, M. I. C.; MAIA, S. M.; WEISHEIMER, N. Estudos em identidades, desigualdades e desenvolvimento . Cruz das Almas (BA): EDUFRB, 2020. 250p. (Coleção Pesquisas e Inovações Tecnológicas na Pós-Graduação da UFRB, v. 14).		

MATOS, D. A.; MONTEIRO, D. A. A.; BRITO, S. B. (org.). **Gestão pública no Recôncavo: panorama de estudos**. Cruz das Almas (BA): EDUFRB, 2021. 268p. (Coleção Sucesso Acadêmico na Graduação da UFRB, v. 14).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12. ed. São Paulo: Record, 2008. 473p.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Extensão Rural		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 51 horas		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA O histórico da extensão rural no Brasil, as diferentes fases e abordagens da extensão rural. A crítica ao modelo difusionista inovador. As diferentes metodologias de extensão rural utilizadas à campo. O papel do extensionista e da comunicação no meio rural. As políticas públicas para o desenvolvimento rural e para a extensão rural.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BROSE, M. Participação na extensão rural : experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre (RS): Ed. Tomo. 2004. CAPORAL, F. C; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural : contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. v. 1. 166p. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 93 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural . Brasília, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20poltica_nacional.pdf . DIESEL, V.; DIAS, M. M. Fundamentos teórico-metodológicos da extensão rural – quais fundamentos? Anais: Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural. Santa Maria/RS, 2010.		

FLORES, J. C. O.; ALVES, D. R. **Extensão rural**: aspectos teórico-práticos da EMBRATER. Vitória da Conquista: UESB, 1998. 106p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil**: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: IPEA; IBGE, 2020. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10339>.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Gestão da Qualidade		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 10 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 10 horas		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Conceito de qualidade. História e fundamentos Indicadores de qualidade. Ferramentas da qualidade para empreendimentos solidários. Gestão da qualidade em empreendimentos solidários. Custos e Desperdícios na Qualidade. Qualidade de vida no trabalho – QVT. PNQ. Auditoria da qualidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMPOS, V. F. Gerenciamento da rotina do trabalho . Nova Lima (MG): Bloch Editores, 1994. DEMING, W. E. Qualidade : a revolução da administração. Rio de Janeiro: Editora Marques-Saraiva, 1982. JURAN, J. M. A. Qualidade desde o projeto . São Paulo: Editora Thomsom, 1992.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. HOFFMANN, M. A. W., Ciência, tecnologia e sociedade : desafios da construção do conhecimento. São Carlos (SP): EDUFSCAR, 2021. 313p.		

LOBO, R. N.; SILVA, D. L. **Gestão da qualidade**: diretrizes, ferramentas, métodos e normatização. São Paulo: Érica, 2014.

PEREIRA, S. R. G. **Gestão da qualidade**: revelando alta performance às empresas. São Paulo: Editora Saraiva, 1994.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Governança Corporativa		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Conceito e objetivo da governança corporativa. Teoria da agência. Assimetria de informação. O conflito de interesses. Mecanismos internos e externos de governança. Ambiente legal brasileiro e a governança. Códigos de governança no Brasil e no mundo. Origem da governança corporativa. Tipos de governança. Conselho de administração, Auditoria. Conselho fiscal. Incentivos e remuneração de executivos. A governança cooperativa. Determinantes para a estruturação organizacional da governança cooperativa. Outras teorias e fatores que influenciam a governança.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. Guia das melhores práticas de governança para cooperativas . São Paulo (SP): OCB, 2018. SOBRINHO, A. D. M. Governança cooperativa : diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília: BCB, 2009. ZDANOWICZ, J. E. Gestão financeira para cooperativas : enfoques contábil e gerencial. São Paulo: Atlas, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AMÉRICO, J. C. S.; CALEMAN, S. M. de Q. Governança corporativa e conflitos de agência em cooperativas agropecuárias. Revista de Extensão e Estudos Rurais , v. 7, n. 1, p. 141-165, 2018. INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. O papel do Conselho de Administração na inovação das organizações . São Paulo (SP): IBGC Orienta, 2019.		

REVISTA DE GESTÃO E ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS. Santa Maria: UFSM, 2014-. Semestral. ISSN on line 2359-0432. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/rgc>>. Acesso em: 25 out. 2018.

SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. **Contabilidade das sociedades cooperativas**: aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008. 292p.

UTIYAMA, D. P. R.; FONSECA, M. W. da; ABIB, G. Governança corporativa em cooperativas de crédito e sua relação com desempenho e risco. *In*: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA-3RD UNB CONFERENCE ON ACCOUNTING AND GOVERNANCE, 3, **Anais...** Brasília (DF), 2017.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Legislação Ambiental e Agrária		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 10 horas		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO
EMENTA Noções introdutórias de direito ambiental. Fontes e princípios do direito ambiental. Política nacional do meio ambiente. Tutela administrativa do direito ambiental. Legislação infraconstitucional de proteção ambiental. Noções básicas do direito agrário: Princípios do direito agrário. Relação do direito agrário com outros ramos do direito e outras ciências. Demarcação de terras para regularização fundiária de interesse social. Reforma agrária. Função socioambiental da propriedade. Política agrícola.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AMADO, F. Direito ambiental esquematizado . Salvador: Juspodivm, 2021. FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro . 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. TRECCANI, G. D.; BENATTI, J. H; HABER, L. M.; CHAVES, R. A. F.; ROCHA, I. Manual de Direito Agrário Constitucional : lições de direito agroambiental. 3. ed. São Paulo: Forum, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BITTAR, T.; COSTA, S. Manual de direito agrário . 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.		

CRESTANA, S.; CASTELLANO, E. G.; ROSSI, A. **Direito ambiental: bens e recursos ambientais e o direito ambiental**. Brasília: EMBRAPA, 2017.

GLADSTONE, L. J. **Direito à agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Lumen Juris, 2020.

SILVA, J. A. da. **Direito ambiental constitucional**. 11. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2019.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jus, 2022.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE LIBRAS		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Aspectos clínicos, educacionais, históricos e sócio antropológicos da surdez. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas do léxico, de morfologia, de sintaxe, de semântica e de paradigma.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. GOLDFELD, M. A criança surda : linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira : o mundo do surdo em LIBRAS. São Paulo: EDUSP, 2008. LABORIT, E. O voo da gaivota . São Paulo: Best Seller, 1994. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre (RS): Editora Artmed, 2004.		

SÁ, N. R. **Educação de surdos**: a caminho do bilinguismo. Niterói: EdUFF, 1999.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, Â. C.; NEMBRI, A. G. **Ouvindo o silêncio**: educação, linguagem e surdez. Editora Mediação, Porto Alegre, RS, 2008.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Orçamento em Cooperativas		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 8 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO Contabilidade em Cooperativas		CORREQUISITO -
EMENTA Planejamento como instrumento de gestão: plano estratégico, planejamento tático, planos físicos operacionais; valorização dos planos físicos: Tipos de orçamento. Controle orçamentário. Acompanhamento das metas orçamentárias: orçamento mestre, realizados periódicos, revisões periódicas das bases projetadas. Etapas operacional e financeira. Evolução do processo de planejamento. Orçamento aplicado a cooperativas de crédito.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial : planejamento e controle gerencial. São Paulo: Atlas, 2009. FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R. do. Controle gerencial : uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009. ZDANOWICZ, J. E. Gestão financeira para cooperativas : enfoques contábil e gerencial. São Paulo: Atlas, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MARTINS, E. Contabilidade de custos . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 388p. SANTOS, A. dos; GOUVEIA, H. C.; VIEIRA, P. dos S. Contabilidade das sociedades cooperativas : aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008. 292p.		

SILVA, T. B. de Jesus. **Interface entre utilidades do orçamento com as capacidades dinâmicas e desempenho organizacional**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2020.

SILVA, T. B. J.; FERREIRA, M. P.; DAL MAGRO, C. B.; LAVARDA, C. E. F. Funções do orçamento em cooperativas do agronegócio. **Revista de Administração Unimep**, v. 18, n. 4, p. 134-155, 2020.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Planejamento Financeiro de Curto e Longo Prazo		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO Finanças em Cooperativas		CORREQUISITO Cálculos Matemáticos e Financeiros
EMENTA Finanças de curto prazo: fundamentos da administração do capital de giro; necessidade e financiamento de capital de giro; fluxo de caixa; gestão de recebíveis, crédito e cobrança; gestão de tesouraria. Finanças de longo prazo: composição, fontes de recursos, tipologia e subscrição do capital próprio; estrutura de capital; alavancagem; análise de investimentos de capital de longo prazo; avaliação financeira de negócios.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHIAVENATO, I. Administração financeira: uma abordagem introdutória . São Paulo: Campus, 2005. ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 376p. GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas . São Paulo: Atlas, 2008. 292p.		

ZDANOWICZ, J. E. **Gestão financeira para cooperativas: enfoques contábil e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2014.

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Redes Sócio Organizacionais		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 34 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Conceito de redes. Gestão em rede: principais instrumentos e desafios. Cooperativismo e articulação em redes. Intercooperação. Análise de casos concretos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CASTELLS, M. A sociedade em rede . 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 698p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1). CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos . São Paulo: Cultrix, 2008. 256p. FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (org.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para o ensino . Salvador: CIAGS; EDUFBA, 2006. 170p. (Coleção Gestão Social). BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J-L. Economia solidária: uma abordagem internacional . Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 199p. (Coleção Sociedade e Solidariedade) KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (coord.). Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. 152p. SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais . 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 143p. TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (org.). Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos . Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. 314p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Sociologia Rural		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 10 horas		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Básica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA O campo das ciências sociais e suas características teórico-metodológicas. Processo de construção social e formação da sociedade agrária brasileira e novas ruralidades. Modernização tecnológica da agricultura e capitalismo no campo. Movimentos sociais e processos organizativos no campo. Questões contemporâneas da sociologia rural: sociedade e meio ambiente, relações ético-raciais, gênero, indígenas e juventude rural.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MALUF, R.; CARNEIRO, M. J. (org.). Para além da produção : multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. MARTINS, A. F. G. A questão agrária no Brasil : da colônia ao governo Bolsonaro. São Paulo: Expressão Popular, 2022. v. 10. WANDERLEY, M. N. B. Um saber necessário : os estudos rurais no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2011. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais . Porto Alegre: UFRGS, 2003. ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. Sociologia : um olhar crítico. São Paulo: Contexto, 2009. DAVIS, A. Mulheres: raça e classe . Rio de Janeiro: Boitempo, 2016. FIABANI, A. Mato, palhoça e pilão : o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2012. WEISHEIMER, N. (org.). Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia . Cruz das Almas (BA): EDUFRB, 2019.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Tecnologia Social		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA 68 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD 10 horas
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 15 horas		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Específica	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Ciência, tecnologia e inovação: conceitos básicos. Relação ciência, tecnologia e sociedade. Tecnologia convencional x tecnologia social. Fundamentos epistemológicos e metodológicos da tecnologia social. Tecnologia e empreendimentos econômicos solidários. Política pública como ferramenta para disponibilização e apropriação da tecnologia social.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COSTA, A. B. (org.) Tecnologia e políticas públicas . São Paulo: Instituto Polis: Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. HOFFMANN, M. A. W. Ciência, tecnologia e sociedade: desafios da construção do conhecimento . São Carlos (SP): EDUFSCAR, 2021. 313p. LIANZA, S.; ADDOR, F. (org.). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. NEVES, E. F.; OLIVEIRA, S. V. de (org.). (Sub)desenvolvimento, economia solidária e sustentabilidade . Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2019. v. 1. 184p. SANSOLO, D. (org.). Tecnologia social e reforma agrária popular . Vozes do Campo, 2021. TROIAN, A.; PUPO, M. A. V. (org.). Tecnologias sociais e iniciativas de desenvolvimento sustentável em territórios prioritários do Rio Grande do Sul . Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2021. v. 1. 209p. VALADÃO, A. da C. <i>et. al.</i> Economia solidária e tecnologia social: práticas e reflexões . Ponta Grossa (PR): Editora Estúdio Texto, 2018. 279p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Tópicos Especiais em Cooperativismo		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 51 horas	TEÓRICA 51 horas	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS -		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO -		CORREQUISITO -
EMENTA Disciplina cujo assunto será definido e escolhido a cada oferta com base no interesse dos alunos. O assunto deve versar sobre áreas afins ao cooperativismo não cobertas por outras disciplinas oferecidas pelo Curso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Não se aplica.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Não se aplica.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO	SEMESTRE
NOME DO COMPONENTE Tópicos Especiais em Legislação Cooperativista		MÓDULO DE ALUNOS 25
CARGA HORÁRIA 68 horas	TEÓRICA -	PRÁTICA -
MODALIDADE Presencial		CARGA HORÁRIA EAD -
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS 10 horas		
NATUREZA Optativa	FUNÇÃO Profissionalizante	TIPO Disciplina
PRÉ-REQUISITO Legislação Cooperativista I e Legislação Cooperativista II		CORREQUISITO -
EMENTA Cooperativismo e sua relação com o direito do trabalho. Lei do cooperativismo do trabalho. Cooperativismo e sua relação com o direito ambiental. Política nacional do meio ambiente. Cooperativismo e sua relação com o direito do consumidor. Cooperativismo e sua relação com o direito administrativo. Políticas públicas para o cooperativismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AMADO, F. Direito ambiental esquematizado . Salvador: Juspodivm, 2021.		

CARVALHO, M. **Manual de direito administrativo**. Salvador: Juspodivm, 2022.

ZAINAGHI, D. S. **Curso de legislação social: direito do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Manole, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 34. ed. Editora Forense, 2021.

DI PIETRO, M. S. Z. **Licitações e contratos administrativos** - inovações da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021. 1. ed. São Paulo: Editora Forense, 2021.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MARQUES, C. L.; BESSA, L. R.; BENJAMIN, A. H. V. **Manual de direito do consumidor**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

SILVA, P. R. F. da. **Curso de direito cooperativo do trabalho**. São Paulo: LTR, 2021.

APÊNDICE II – PLANO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR

Código	Componente do currículo em extinção	Carga horária	Código	Componente do currículo novo	Carga horária (horas)
CCA340	Cálculos Matemáticos e Financeiros	68		Matemática Aplicada à Gestão de Empreendimentos Cooperativos	68
CCA341	Introdução à Administração e Empreendedorismo Social	68		Modelos Organizacionais do Trabalho	51
CCA342	Técnicas de Redação Científica	68		Metodologia da Pesquisa	68
CCA343	Teoria Cooperativista I	68		Cooperativismo I	68
CCA345	Fundamentos de Economia	68		Fundamentos de Economia	51
CCA346	Fundamentos Sócio-Antropológicos Aplicados ao Meio Rural	68		Fundamentos Sócio-Antropológicos	51
CCA348	Administração Contábil e Financeira	68		Contabilidade em Sociedades Cooperativas	68
CCA347	Teoria Cooperativista II	68		Finanças em Sociedades Cooperativas	68
CCA391	Psicologia das Relações Humanas	68		Cooperativismo II	51
CCA349	Gestão de Recursos Humanos e Habilidades Gerenciais	68		Psicologia Aplicada à Gestão de Pessoas	68
CCA350	Política e Desenvolvimento Territorial	68		Desenvolvimento e Políticas Públicas	51
CCA351	Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas	68		Legislação Cooperativista I	68
CCA357	Comercialização e Marketing	68		Gestão Comercial	68
CCA353	Administração da Produção, Materiais e Logística	85		Gestão da Produção	51
CCA358	Legislação Comercial e Tributária	68		Logística	51
CCA357	Comercialização e Marketing	68		Legislação Cooperativista II	68
CCA352	Comunicação em Organizações Sociais	68		Comunicação e Marketing em Organizações Coletivas	51
CCA356	Sustentabilidade Ambiental	68		Sustentabilidade Ambiental	51
CCA359	Elaboração e Análise de Projetos	68		Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Cooperativas I	51

O processo de migração curricular, referente ao período de transição entre a implantação do currículo novo e a extinção do currículo existente, será fundamentado na Resolução CONAC 016/2021, que dispõe sobre as diretrizes para criação, reformulação e ajuste de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UFRB.

Nesse sentido, a migração curricular deve garantir, conforme o artigo 15 da referida Resolução, que “alunos que tenham cumprido até 50% da carga horária total do currículo em extinção devem, obrigatoriamente, migrar para o currículo novo”. E, com base no artigo 16, “alunos que tenham cumprido mais de 50% da carga horária total do currículo em extinção podem optar por permanecer neste currículo ou migrar para o novo”.

O Colegiado de Curso deve avaliar cada caso individualmente e elaborar o detalhamento do plano de migração curricular, a partir do semestre previsto para a implantação do novo currículo. A migração curricular será realizada garantindo aos alunos as condições para a integralização do Curso.

A previsão é que o início da implantação do currículo novo ocorra no semestre 2024.1. Do total de 299 discentes ativos, 211 (70,6%) não cumpriram os 50% da carga horária, sendo aptos à migração obrigatória. Os demais (29,4%), o que representa 88 discentes, já cumpriram os 50%.

Do total de discentes que cumpriu mais de 50% da carga horária obrigatória, 22 faltam cursar apenas o componente Trabalho de Conclusão de Curso e a atividade Estágio Supervisionado em Cooperativismo, portanto, permanecem no currículo em extinção. Já 66 discentes estão aptos à migração voluntária ou podem optar pela permanência no currículo em extinção. O plano de migração proposto considera a possibilidade de permanência desses discentes no currículo em extinção, de forma que garanta as condições para a integralização do Curso. Contudo, espera-se que parte desse quantitativo deva realmente optar pelo novo currículo pela possibilidade de uma formação profissional mais atualizada.

Considerando esses aspectos, e a previsão de implantação do novo PPC do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas em 2024.1, tem-se:

- No semestre 2024.1, serão ofertados o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto semestres do PPC novo, além de disciplinas do primeiro, terceiro, quinto e sexto do PPC antigo.
- No semestre 2024.2, serão ofertados o segundo, o quinto e o sexto semestres do PPC novo e do PPC antigo.

Os semestres 2025.1 e 2025.2 seguem a mesma lógica de oferta de disciplinas do currículo em extinção, dependendo da demanda existente. Serão ofertados componentes do currículo em extinção considerando aqueles que estão faltando para os discentes que não migraram para o currículo novo. Foi feito um levantamento das disciplinas ainda não cursadas pelos 66 discentes que já cumpriram acima de 50% da carga horária total do Curso. Com base nesses dados, o indicativo é que a oferta de componentes do currículo em extinção finalize em 2025.2.

Componentes curriculares que ainda não foram cursados pelos discentes que já cumpriram 50% da carga horária total do Curso*

Componentes curriculares	Semestre	Número de discentes**
Administração da Produção, Materiais e Logística	4º	20
Política e Desenvolvimento Territorial	3º	07
Gestão de Recursos Humanos e Habilidades Gerenciais	3º	07
Introdução à Ciência da Computação	1º	23
Fundamentos de Economia	2º	04
Teoria Cooperativista II	2º	03
Administração Contábil e Financeira	3º	08
Legislação Ambiental e do Trabalho	4º	03
Metodologia para o Desenvolvimento Comunitário	4º	06
Comercialização e Marketing	5º	14
Legislação Comercial e Tributária	5º	10
Sustentabilidade Ambiental	4º	07
Gestão Estratégica de Custos	2º	02
Psicologia das Relações Humanas	2º	01
Fundamentos Sócio Antropológicos Aplicados ao Meio Rural	2º	03
Introdução à Administração e Empreendedorismo Social	1º	02
Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas	3º	07
Comunicação em Organizações Sociais	3º	01

* Exceto Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado em Cooperativismo.

** Discentes que já cumpriram 50% da carga horária total do Curso, excluindo os que estão matriculados no semestre 2023.1.

Vale destacar que boa parte das disciplinas do currículo antigo tem equivalência no novo PPC. Considerando isso, e a criação de poucos componentes novos, a expectativa de impacto no tempo de integralização do Curso para os discentes que migrarem é de dois semestres. Além disso, será possível fazer a equivalência reversa com o aproveitamento de disciplinas novas cursadas por discentes que permanecerem no currículo antigo, o que vai facilitar a oferta de disciplinas do PPC em extinção.

Emitido em 23/08/2023

DESPACHO Nº 41/2023 - CTGESCOOP (11.01.21.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/08/2023 20:00)

DACIANE DE OLIVEIRA SILVA

2076275

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: **41**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **23/08/2023** e o código de verificação: **null**